



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Guilherme dos Santos Oliveira

Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro: políticas da diversidade e organização política estudantil.

Duque de Caxias

2019

Guilherme dos Santos Oliveira

Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro: políticas da diversidade e organização política estudantil.

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Alice Rezende Gonçalves

Duque de Caxias

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

O48 Oliveira, Guilherme dos Santos
Tese Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro: políticas da diversidade e organização política estudantil / Guilherme dos Santos Oliveira - 2019.
66f.

Orientador: Maria Alice Rezende Gonçalves

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Movimento estudantil - Negros - Teses. 2. Negros – Participação política – Teses. I. Gonçalves, Maria Alice Rezende. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 308:323.12

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB7 / 5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Guilherme dos Santos Oliveira

Coletivos de Estudantes Negros no Ensino Superior Brasileiro: Políticas da Diversidade e Organização Política Estudantil.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 25 de março de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Alice Rezende Gonçalves (Orientadora)
Faculdade de Educação – UERJ.

Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ.

Prof.^a Dra. Mônica Pereira do Sacramento
Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias

2019

DEDICATÓRIA

A Celma Nogueira dos Santos, minha avó, pela dedicação exclusiva e incansável. Agradeço por estar sempre comigo, me impulsionando a voar cada vez mais alto.

AGRADECIMENTOS

Certa vez ouvi de uma pessoa, a qual eu respeito e admiro muito, a seguinte frase: “...quando um negro ascende, ele não ascende sozinho, ele leva a família junto com ele...”. Essa frase nunca me saiu da cabeça, pois essa é exatamente a minha história, a história da minha família e faz parte da minha trajetória.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Eliane e Elias que sempre investiram, me incentivaram e me ensinaram que o conhecimento é o caminho que me levaria à libertação, que me proporcionaria oportunidades únicas e que, através dele, eu iria levantar altos voos. Pais, obrigado por tudo!

Em segundo lugar, dedico esse parágrafo ao meu irmão Vinícius, por ser meu melhor amigo e confidente. Agradeço por ser meu alicerce, por nunca me deixar desistir dos meus sonhos diante dos desafios que surgiram nessa aventura louca que é a vida.

Agradeço à minha querida orientadora Maria Alice, que me acolheu com tamanha vontade e dedicação após a seleção do mestrado e que durante a caminhada vem sendo minha parceira, amiga, confidente e meu braço direito. Gratidão pelas trocas e aprendizados!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa, permitindo que me dedicasse integralmente às atividades para fins de realização desta pesquisa.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pelos ensinamentos, debates, trocas e por terem contribuído para a minha formação. Também gostaria de agradecer aos secretários do programa por estarem sempre dispostos a ajudar.

Gostaria de agradecer aos membros da banca, Mônica Pereira do Sacramento e Cláudio de Carvalho Silveira, por aceitar o convite para participar de minha banca e pelas contribuições preciosas que me auxiliaram na conclusão da pesquisa.

Agradeço a oportunidade de poder ter participado da Escola Pós-Doutoral Internacional Fábrica de Ideias, que é um curso avançado em relações étnico-raciais, organizado pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia em parceria com a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal do Amapá. Neste período, aprendi muito sobre como se faz pesquisa nas ciências sociais e com base nesse aprendizado consegui desenvolver esta dissertação da melhor maneira possível. Gratidão em particular a Bruno Ribeiro, Thiago

Oliveira, Cinthia Marques, Rita Domingues, Fernanda Vieira, Hellen Alves, Juliana Fidélis e Renato Lessa.

Agradeço aos interlocutores de cada coletivo, em especial a Ana Luiza Monteiro Alves, Luciana Fernanda Silva, Fernando Santos de Jesus e Filipe Lopes da Silva pela gentileza com a qual me receberam e por terem concordado em me conceder entrevistas que me auxiliaram fornecendo informações precisas sobre seus coletivos.

Agradeço aos amigos que a vida me deu, que me acompanham desde a minha entrada no mundo acadêmico, transmitindo força, boas energias, que torcem pelas minhas vitórias e me motivam quando elas não chegam.

Não posso me esquecer daqueles que tiveram protagonismo durante minha trajetória no mestrado: os colegas de turma. Alguns se tornaram pessoas muito especiais e que merecem destaque nesse trabalho devido à parceria, amizade e companheirismo. Meus sinceros agradecimentos a Cristiano Cardoso da Silva, Fernanda Gonçalves de Oliveira, Flávia Gomes, Maria Carolina Neves Lopes, Monique Agnes Rodrigues de Moraes, Pillar Paladini, Rosana Sales de Jesus e Soraia Cristina Melo.

Por fim, mas não menos importante, eu agradeço à minha equipe do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ por tanta troca, ajuda, compreensão, por fazerem do grupo de pesquisa uma parte essencial para o meu desenvolvimento como pesquisador e, ao mesmo tempo, por tornarem esse espaço tão especial e prazeroso para mim.

RESUMO

OLIVEIRA, G. S. *Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro: políticas da diversidade e organização política estudantil*. 2019. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019.

Esta dissertação tem como objetivo analisar o fenômeno da racialização do movimento estudantil e, a partir disso, compreender a emergência de coletivos de estudantes negros mediante a implantação e implementação das políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro. Trata-se de um estudo de caso sobre a emergência de coletivos de estudantes negros em universidades do Rio de Janeiro. Os coletivos pesquisados foram: Denegrir (UERJ), Iolanda de Oliveira (UFF), Nuvem Negra (PUC), Luísa Mahin (UNIRIO), Marlene Cunha e Carolina de Jesus (UFRJ). Adotamos o método de investigação qualitativo, no qual utilizo as seguintes técnicas de pesquisa: observação, entrevistas e coleta de dados nas redes sociais e em sites dos coletivos. Sobre os temas que atravessam a pesquisa, apresento teóricos que tratam das identidades na pós-modernidade: HALL (2003), dos novos movimentos sociais: GOHN (1997: 2012); TOURAINE (1977) e sobre questões raciais no Brasil: ABDIAS (2009) e GUIMARÃES (2005), entre outros. Concluimos que: o Coletivo é um tipo de organização que se caracteriza pela ausência de uma forma padrão, apresentando formas que são rizomáticas e nômades. Concluimos também que o surgimento de coletivos de estudantes negros se deu no contexto das ações afirmativas, introduzindo uma nova forma de organização no movimento estudantil a partir do recorte racial. Unidos com base na ressignificação da identidade negra na sociedade brasileira, dada pelos teóricos e ativistas negros, os jovens negros formaram coletivos em prol de suas próprias demandas.

Palavras-chave: Coletivos Negros. Ensino Superior. Jovens Negros. Participação política.

ABSTRACT

OLIVEIRA. G. *Collectives of Black Students in Brazilian Higher Education: Policies of diversity and Student Political Organization*. 2019. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019.

This research paper aims to analyze the phenomenon of Racialization in the student movement and, as appropriate, to understand the emergence of collectives of black students through the deployment and implementation of affirmative action policies in Brazilian higher education. This is a case study on the emergence of collectives of black students in universities of Rio de Janeiro. The collectives were also studied: Denegrir (UERJ), Iolanda de Oliveira (UFF), Nuvem Negra (PUC), Luísa Mahin (UNIRIO), Marlene Cunha e Carolina de Jesus (UFRJ). We adopted the method of qualitative research, in which I use the following techniques of research: observation, interviews and data collection in social networks and sites of the collectives. On the themes that cross the theoretical research, I offer that deal of identities in post-modernity: :HALL (2003), the new social movements: GOHN (1997: 2012); TOURAINE (1977) and on racial issues in Brazil: ABDIAS (2009) and GUIMARÃES (2005), among others. We conclude that: the collective is a type of organization that is characterized by the absence of a standard way, presenting ways that are rhizomatic and nomads. We conclude also that the emergence of collectives of black students took place in the context of affirmative actions, by introducing a new form of organization in the student movement from the racial cutout. United based on the resignification of black identity in Brazilian society, given by theorists and activists blacks, young blacks collective formed in favor of their own demands.

Keywords: Blacks Collectives; Higher Education; Young Blacks; Political participation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de matrículas na educação básica, a partir das categorias sexo e raça/cor, nos municípios do Rio de Janeiro	26
Tabela 2 - Universidades estaduais que adotaram ações afirmativas por meio de leis estaduais.....	31
Tabela 3 – Meio de adoção da Ação Afirmativa.....	33
Tabela 4 – Quantitativo de discentes por cor/raça matriculados nas instituições de ensino superior em 2016	36
Tabela 5 – Levantamento de Personalidades Negras.....	71
Tabela 6 – Programas de Pós-Graduação Relatados por membros dos coletivos que adotaram as cotas (ações afirmativas) por meio de pressão dos coletivos	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Ações Afirmativas no Brasil.....	29
Figura 2 – Representação dos valores civilizatórios afro-brasileiros incorporados pelos membros de coletivos de estudantes negros	62
Figura 3 – Capaz da 1ª Calourada Preta da UFF.....	63
Figura 4 – Conversa do WhatsApp.	64
Figura 5 – Curso preparatório para Negres.....	75
Figura 6 – Chamada para o curso preparatório à seleção do PPGA/UFF.....	75
Figura 7 – Chamada para o curso preparatório à seleção do PPGA/UFF.....	76
Figura 8 – Chamada para o curso preparatório à seleção do PPGPSI/UFF.....	76
Figura 9 – Solicitação de pedido de denúncia de desclassificação de uma irmã e de um irmão negros, motivados por fraude	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
EECUN	Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros.
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICHF	Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.
PUC	Pontifícia Universidade Católica.
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
PPGECC	Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação.
PENESB	Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira.
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras.
SINAES	Exame Nacional de Avaliação do Ensino Superior.
SISU	Sistema de Seleção Unificada.
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense.
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UFF	Universidade Federal Fluminense.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos.
UNEB	Universidade do Estado da Bahia.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	14
1	IDENTIDADE, POLÍTICAS DA DIVERSIDADE NO SISTEMA DE ENSINO E A EMERGÊNCIA DE COLETIVOS DE ESTUDANTES NEGROS	19
1.1	O que Fundamenta as Políticas da Diversidade para Negros no Ensino Superior	21
1.2	As Desigualdades Estruturantes: as políticas racializadas e o quadro das ações afirmativas no Brasil	27
1.3	A Acessibilidade de Jovens Negros ao Ensino Superior	34
1.4	Implantação e Implementação das Políticas de Ações Afirmativas: o caso da UERJ e o caso da UFF	38
2	OS COLETIVOS DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR	42
2.1	Discussões Contemporâneas sobre as Questões dos Movimentos Sociais.	44
2.2	Coletivos em Movimento	47
2.3	A Organização e Estrutura dos Coletivos de Estudantes Negros	49
2.4	O Coletivo de Estudantes Negrxs Iolanda de Oliveira (UFF) e o Coletivo Denegrir (UERJ)	52
3	“PINTANDO A UNIVERSIDADE DE PRETO”: A AGENDA DE LUTA DOS COLETIVOS DE ESTUDANTES NEGROS	56
3.1	A Rede de Coletivos (estratégias de comunicação e circulação de informações)	57
3.2	Ativismo Digital e/ ou Ciberativismo: táticas políticas e de circulação de informações	58
3.3	Agenda dos Coletivos: Agenda, permanência e saberes.....	61
3.4	Estratégias de Ação dos Coletivos.....	72
3.5	Profissionalização dos Coletivos.....	78
3.6	Espaços de Sociabilidade e de Afetividade	80
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	85
	ANEXO - Relação de coletivos de estudantes negros no Estado do Rio de Janeiro ...87	

INTRODUÇÃO: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A presente dissertação de mestrado, realizada através do método de abordagem de um estudo de caso, por meio de técnicas de observação, entrevistas e coletas de dados nas redes sociais dos coletivos que fazem parte deste trabalho, tem por finalidade analisar o fenômeno da racialização do movimento estudantil e, a partir disso, compreender a emergência de coletivos de estudantes negros mediante a implantação e implementação das políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro.

Esta pesquisa debruça-se sobre o viés racial e, por esta razão, os objetos de análise da pesquisa são os coletivos de estudantes negros. Estes coletivos estão localizados no Estado do Rio de Janeiro¹, nas seguintes universidades: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)².

Entendidos como uma nova forma de organização política dos jovens universitários, os coletivos de estudantes rompem com o modelo tradicional de representação política dos estudantes – o movimento estudantil –, a fim de reivindicar demandas específicas para seus grupos. Através da perspectiva da diversidade e com o surgimento de novas identidades, variados coletivos são formados após o rompimento com o movimento estudantil.

No caso dos coletivos de estudantes negros, que são os objetos desta dissertação, o modo de luta adotado por eles está pautado em formas de atuação política antirracista a fim de promover melhorias e garantir o acesso e permanência de jovens negros no ensino superior brasileiro.

O interesse pelo tema surgiu após a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC), um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que oferece curso de Mestrado Acadêmico credenciado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O PPGECC é uma experiência pioneira na Baixada Fluminense³. Um Mestrado em Educação que assume o compromisso com o

¹ A maioria deles é encontrada na região metropolitana,. Apenas um dos coletivos está localizado na cidade de Niterói, região do Grande Rio, alocado na Universidade Federal Fluminense.

² No capítulo destinado à descrição dos coletivos de estudantes negros no ensino superior, é explicado o motivo da escolha dos coletivos destas universidades.

³ A Baixada Fluminense é uma região do estado do Rio de Janeiro, no Brasil, que apresenta duas definições: uma em sentido amplo, outra em sentido estrito. Segundo a definição em sentido amplo, engloba a região de planícies entre a Serra do Mar e o litoral, desde Itaguaí até Campos dos Goytacazes. Esta região concentra

desenvolvimento de investigações voltadas para as problemáticas das periferias, sejam elas territoriais, políticas, sociais e/ou culturais.

A dissertação vincula-se à linha de Pesquisa: Políticas e Práticas Educativas, Movimentos Sociais e Diferença, visando a obtenção do título de Mestre em Educação. O objetivo desta linha é focalizar estudos de diferentes formas de educação que dialoguem com os movimentos sociais diversos e relacionados às subjetividades coletivas, grupos sociais, culturais e identidades subalternizadas e oprimidas, à educação formal e não formal, às relações étnico-raciais, à educação do campo, à educação indígena, às epistemologias emergentes, às relações de gênero e sexualidades diversas, às desigualdades e diferenças nas práticas educativas.

A linha oferece, também, subsídios relevantes para discussões contemporâneas que abordam relações com os estudos interculturais, com a colonialidade/descolonialidade, com paradigmas epistemológicos dissidentes e suas influências nos processos educativos.

Meu primeiro contato com um coletivo de estudantes negros foi no ano de 2016, quando ainda era aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da UFF. Naquela ocasião, acompanhei as ações tomadas pelo Coletivo de Estudantes Negrxs Iolanda de Oliveira, na tentativa de pressionar o departamento de Sociologia, para que o concurso que aconteceu naquele mesmo ano, com o objetivo de cobrir o quadro docente do departamento, fosse destinado a um especialista na área das relações étnico-raciais.

O sucesso das ações tomadas pelo coletivo para que esta demanda fosse atendida foi uma surpresa devido à coesão na organização e estrutura do coletivo para vencer esta luta. Uma outra novidade observada por mim naquela ocasião foi a ausência de organização política estudantil tradicional – o centro acadêmico – realizando a intermediação entre os alunos do curso e o corpo docente do departamento de sociologia para fins de resolução desse conflito.

No ano de 2017, já aluno do mestrado no PPGECC e, por consequência, no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ como orientando da coordenadora do núcleo, a Prof.^a Dra. Maria Alice Rezende Gonçalves e eu começamos a nos debruçar sobre questões relacionadas aos movimentos sociais, em especial ao movimento estudantil. A partir da minha breve experiência descrita acima, começamos a analisar mais profundamente a emergência de novas

grande parte da população (cerca de 4/5) e do produto interno bruto do Estado do Rio de Janeiro. Já a definição em sentido estrito, que é a mais utilizada atualmente, abrange, dessa região, somente os municípios que se localizam ao norte do município do Rio de Janeiro, na região antigamente conhecida como Baixada da Guanabara.

formas de representação política nas universidades que não o movimento estudantil e, aplicando nesta análise a questão étnico-racial, chegamos aos objetos escolhidos que nomeiam esse trabalho, os coletivos de estudantes negros.

Para fins de esclarecimento, os coletivos selecionados para o desenvolvimento desta dissertação foram escolhidos de acordo com os seguintes fatores: a trajetória construída em suas universidades; as formas de ações utilizadas para pleitear melhorias para alunos negros; seus modelos de organização, de estrutura e suas estratégias de luta em prol de maiores oportunidades para os jovens negros na trajetória acadêmica através de uma perspectiva antirracista.

Após as explicações dadas sobre o caminho da pesquisa e a escolha dos objetos, apresento aos leitores deste trabalho o resumo dos três capítulos que compõem a minha pesquisa:

1º Capítulo

Reservei este primeiro capítulo da dissertação para apresentar um panorama geral da relação entre o surgimento das novas identidades na pós-modernidade, somadas à implantação e implementação das políticas da diversidade nas instituições de ensino superior que resultou na emergência de coletivos de estudantes negros no ensino superior. Verifico que o ponto de partida do fenômeno da emergência de coletivos de estudantes negros no ensino superior está estritamente ligado à ressignificação da identidade negra, feita por teóricos negros, a fim de criar uma valorização da cultura negra, gerando um sentimento de pertencimento a esse grupo social.

Ainda no primeiro capítulo, analiso as implicações que as políticas da diversidade, em especial as de cunho racial, causaram na sociedade brasileira no que diz respeito ao combate à desigualdade estrutural, que condiciona a população negra a permanecer na base da pirâmide social brasileira, e ao fomento da garantia de acesso de jovens negros ao ensino superior.

Encerrando a discussão do primeiro capítulo, descrevo o caso de dois processos diferentes de implantação e implementação das políticas de ações afirmativas: o caso da UERJ e o caso da UFF. A partir disso, relato a trajetória de implantação até a implementação das políticas de ações afirmativas nestas universidades, que possuem um histórico diferente de aplicabilidade destas políticas em seus processos de seleção ao acesso de jovens estudantes ao ensino superior, uma vez que a esfera de poder a qual estão subordinadas possuía autonomia para realizar tais processos.

2º Capítulo.

Na primeira parte do segundo capítulo, descrevo como que os jovens negros, estimulados pelas políticas de ação afirmativas, se organizam e criam uma nova forma de estruturação do movimento estudantil: os coletivos de estudantes negros.

Para fundamentar esta descrição, aponto as discussões contemporâneas que estão sendo realizadas sobre as questões dos movimentos sociais. Em seguida, faço uma análise, especificamente, sobre o movimento dos coletivos e, por consequência, analiso também as movimentações de seus membros, que está diretamente influenciada pelo(s) recorte(s) que os coletivos adotam.

Logo após, relato como os coletivos de estudantes negros se organizam e partir de que formas eles se estruturam para uma melhor operacionalidade nas disputas políticas que acontecem dentro das instituições de nível superior, com o objetivo de demandar melhorias para os alunos negros em suas trajetórias universitárias.

Encerrando este segundo capítulo, na última parte narro as trajetórias de dois coletivos de estudantes negros: o Coletivo Denegrir (UERJ) e o Coletivo Iolanda de Oliveira (UFF). A escolha por estes dois coletivos foi feita mediante a diferenciação do modo de atuação que eles possuem, além de diferentes modos de organização e de estrutura que eles adotam.

3º Capítulo

O terceiro e último capítulo desta dissertação apresenta ao leitor a agenda de luta dos coletivos de estudantes negros. Tirada com o propósito de coesão e fortalecimento das demandas pautadas pelos coletivos, a agenda de lutas que eles possuem tem como princípio básico a luta por estas demandas dos jovens negros com a finalidade de “pintar a universidade de preto”.

Na primeira parte do terceiro capítulo, descrevo sobre a rede que os coletivos formam através de estratégias de comunicação e de circulação de informações. Em seguida, explico as táticas políticas adotadas pelos coletivos de estudantes negros no ciberespaço. Para isso, realizei uma investigação das redes sociais dos coletivos selecionados para esta pesquisa, a fim de compreender de que forma acontece a militância virtual feita por eles.

Logo depois, apresento dentro da agenda adotada pelos coletivos duas das maiores demandas que eles possuem em suas lutas: a questão da permanência dos jovens negros nas instituições de ensino superior e dos saberes africanos e afro-diaspóricos que estão sendo apropriados por eles através de contatos com teóricos negros africanos e/ou da diáspora negra.

Ainda no terceiro capítulo, explico as estratégias de ação dos coletivos descrevendo os cursos de preparação para o ingresso de jovens negros nos programas de pós-graduação das universidades e também discuto a dificuldade que esses jovens têm devido à falta de oportunidades e de uma educação de qualidade em aprender uma segunda língua. Somado a isto, relato também o fenômeno de profissionalização dos coletivos, através dos aperfeiçoamentos dessas estratégias de ação.

E por último, mas não menos importante, me dedico a compreender os espaços de sociabilidade e de afetividade que os coletivos se tornam para seus membros com o objeto de fortalecimento das relações que são construídas ali e que são baseadas no conceito de irmandade.

1. IDENTIDADE, POLÍTICAS DA DIVERSIDADE NO SISTEMA DE ENSINO E A EMERGÊNCIA DE COLETIVOS DE ESTUDANTES NEGROS

As identidades modernas, estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas.
(Hall, 2003, p.8)

Para poder descrever o fenômeno da racialização do movimento estudantil que vai acarretar no surgimento de coletivos de estudantes negros, é necessário debruçar nossa atenção primeiramente ao conceito de identidade e, posteriormente, à implantação e implementação das políticas da diversidade no sistema de ensino, pois verifico que o surgimento de novas identidades somado à implementação das políticas da diversidade serve de combustível para a criação de coletivos.

No que tange o conceito de identidades, Hall (2003) discute este conceito na pós-modernidade. O autor argumenta de que as velhas identidades⁴ que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Esse argumento está pautado na perspectiva de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas.

Baseado na complexidade do conceito de identidade, Hall vai dialogando com o leitor tentando explicar como se dá esse fenômeno, apresentando possibilidades de compreensão, mas não fechando seu ponto de vista, haja vista que a aparição de novas identidades é um processo recente, que ainda está acontecendo e que é de difícil diagnóstico pelos cientistas sociais, particularmente, pelos sociólogos.

Para localizar a discussão do conceito de identidade ao qual o autor está se referindo, Hall nos apresenta três conceitos de identidades diferentes: (A) o conceito de identidade do sujeito do iluminismo; (B) o conceito de identidade do sujeito sociológico e (C) o do sujeito pós-moderno.

O conceito de identidade do sujeito do iluminismo está pautado em uma concepção de pessoa humana, como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades

⁴ O autor se refere a estas identidades como categoriais universais, tais como: homem, mulher, velho, novo, adulto, criança e etc...

da razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia em um núcleo interior, o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa, ou seja, era um sujeito marcado pelo individualismo e pelo gênero masculino. (Hall, 2003, p.10-11).

O conceito de identidade do sujeito sociológico está pautado em uma concepção de uma pessoa humana que tinha sua construção social à base das relações sociais, ou seja, é um sujeito que refletia a complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse mundo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas formado na relação “com outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para ele os valores, símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. De acordo com os interacionistas, a identidade desse sujeito é formada na interação entre o eu e a sociedade. (Hall, 2003, p.11).

Já o conceito de identidade do sujeito pós-moderno está pautado em uma concepção onde ele não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados que nos rodeiam. (Hall, 2003, p.12-13).

A partir das descrições das identidades dos sujeitos do iluminismo e do sujeito sociológico, é possível traçar um ponto em comum entre essas duas categorias. Este ponto é a estabilização destes sujeitos e dos seus mundos social e cultural: a identidade do sujeito pós-moderno é caracterizada por ser múltipla, ou seja, ele passa a se entender como sujeito plural, composto por variadas identidades. Ainda de acordo com Hall:

Dentro de nós, há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2003, P.13)

Para o autor, o deslocamento das identidades na pós-modernidade não é um problema, mas um fenômeno de difícil compreensão devido a sua complexidade. Por este motivo, a constituição da identidade do sujeito pós-moderno não é mais baseada na concepção biológica, mas sim em uma concepção histórica.

Hall ainda justifica a existência da pluralidade de identidades mediante a uma afirmação de que a concepção de uma identidade unificada, segura e coerente é uma fantasia. Essa afirmação tem como base a ideia de que, à medida que os sistemas de significação e de representação se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis e poderíamos nos identificar, com cada uma delas, ao menos temporariamente. (Hall, p.13, 2003).

A análise complexa que Hall faz do surgimento de novas identidades nos alerta para prestarmos atenção ao fato de que, na medida em que o ser humano rompe com o paradigma universal e se conecta com o paradigma plural, ele deixa de estar localizado, estagnado e modelado pelas identidades fixas e passa ter a flexibilidade de poder ser e estar no mundo carregando as identidades que quiser.

Mediante o surgimento de diversas identidades no cenário nacional, organizadas social e politicamente através da questão identitária e que se transformaram em movimentos sociais demandando ao governo federal políticas de inclusão para estes grupos sub-representados, que as políticas da diversidade foram criadas.

Estas políticas públicas implementadas em áreas como: direitos humanos, saúde, educação, trabalho e direitos civis tiveram impactos expressivos na vida das pessoas contempladas por elas.

No campo da educação, área que me interessa discutir a implantação e implementação das políticas da diversidade, a implementação destas vem surtindo efeitos significativos para a população negra em especial. Digo isto, porque através destas políticas, que são as ações afirmativas, a população negra tem conseguido se manter no sistema de ensino – ainda que precariamente – e com isso, apesar de passos lentos, tem acessado o ensino superior.

A entrada dos jovens no ensino superior, de modo geral, é um momento de descobertas, inseguranças e sonhos. No que tange ao jovem negro, este momento é ainda mais especial, visto que a vulnerabilidade desta parcela da população brasileira é maior do que a de um jovem não negro. A caminhada até o ensino superior é longa, difícil e dolorosa⁵.

Neste processo, diversos tipos de questões surgem para esses jovens e fazem com que as trajetórias deles sejam mais complicadas. Questões relacionadas à classe, gênero, raça, capital cultural, local de moradia, entre outros, despertam sentimentos e sensações peculiares, mas que contêm grande impacto no primeiro contato com o ambiente universitário.

Concentrando as atenções para as questões raciais, esta pesquisa pretende compreender a racialização do movimento estudantil⁶ e, a partir disso, analisar a emergência de coletivos de estudantes negros.

⁵ Explicarei com detalhes o porquê do processo ser assim na seção que aborda a justificativa das políticas da diversidade para negros no ensino superior.

⁶ O movimento estudantil é um ativismo da área da educação onde os sujeitos são os próprios estudantes e tem o objetivo de causar mudanças políticas, ambientais, econômicas ou sociais.

1.1. O que fundamenta as políticas da diversidade para negros no ensino superior

A palavra “diversidade” traz consigo um conjunto amplo e complexo de significados que pode indicar quase que por associação uma variedade humana, física, social e ambiental existente em nossa sociedade. No campo das ciências sociais, o termo é utilizado, em geral, para descrever a heterogeneidade de culturas que marcam a sociedade contemporânea, em oposição ao modelo de Estado-nação moderno, liberal e ocidental, que se afirmou "sobre o pressuposto (geralmente tácito) da homogeneidade cultural organizada em torno de valores universais, seculares e individuais" (HALL, p.52, 2003).

Por meio desta perspectiva, definimos como políticas da diversidade um conjunto de ações que foram adotadas pelo Governo Federal no período do processo de redemocratização do país, no início da década de 1980, com o objetivo de sanar por completo ou amenizar as desigualdades que permeavam a vida dos grupos não centrais da dinâmica social e das decisões políticas da sociedade brasileira.

Estes grupos eram compostos por negros, mulheres, LGBTQ⁷, portadores de necessidades especiais, sem-terra que não estavam incluídos na agenda de políticas públicas do governo, em comparação com uma parcela da população que gozava de todos os direitos e dos benefícios diversos oferecidos a eles no âmbito da vida social⁸.

Advindos de um histórico de luta, os movimentos sociais passam a levantar diversas bandeiras em prol da inclusão de demandas antes não contempladas pelo Estado à sua agenda de políticas públicas.

O grande desafio no campo das políticas públicas para a igualdade racial no Brasil se dá pelo fato de que suas origens remontam ao processo histórico de afirmação da supremacia racial branca durante os quase quatro séculos em que o país conviveu com a escravização, contudo, este processo foi reafirmado em novas bases após a abolição.

No primeiro momento, a teoria do branqueamento reorganizou a leitura da hierarquia racial da sociedade brasileira. Posteriormente, onde a tese da democracia racial já se fazia hegemônica, a reprodução da desigualdade sustentou-se tanto nos entraves à mobilidade

⁷ LGBTQ é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e *Queer*. Em uso desde os anos 1990, o termo é uma adaptação de LGB, que era utilizado para substituir o termo gay para se referir à comunidade LGBTQ no fim da década de 1980. Ativistas acreditam que o termo "gay" não abrange ou não representa todos aqueles que fazem parte da comunidade.

⁸ Analisando esses grupos com o passar do tempo, é notável que eles ainda enfrentam muitas dificuldades em ter seus direitos assegurados, mas do início das políticas da diversidade até hoje já existem avanços.

social dos grupos mais pobres, como nos mecanismos mais ou menos sutis de discriminação, onde as categorias negro e branco continuaram a ser utilizadas na sociedade brasileira, influenciando no processo de mobilidade, restringindo o lugar social dos negros (HASENBALG,1979) e operando mecanismos de inclusão e exclusão (HOFBAUER, 2006).

Estes mecanismos de exclusão fazem parte de um conjunto de ações que, juntas, sustentam as desigualdades raciais no Brasil. De acordo com o Jaccoud:

As desigualdades raciais configuram-se como um fenômeno complexo, constituindo-se em um enorme desafio para governos e para a sociedade em geral. Enfrentar as dificuldades que se colocam face à consolidação da temática da desigualdade e da discriminação, na agenda pública e no espaço de governo, e integrar e ampliar as iniciativas em curso parecem ser, hoje, os grandes desafios no campo das políticas públicas para igualdade racial. (JACCOUD, 2008, P.133)

O governo brasileiro, pressionado pelos vários setores dos movimentos sociais, cria novas políticas públicas que não tiveram como premissa o sujeito universal, mas que puderam contemplar a pluralidade de identidades surgidas neste contexto. Na área educacional foram geradas políticas de ações afirmativas.

As políticas de ações afirmativas visam promover a maior diversidade social de grupos sub-representados nos espaços sociais. Identificando três inspirações na defesa das ações afirmativas – uma forma de justiça reparatória ou compensatória de justiça distributiva e de ação preventiva – Silvério (2003) destaca que elas visam o tratamento diferenciado de um grupo social. As ações afirmativas teriam, assim, como objetivo, tanto a igualdade de oportunidades como o combate às desigualdades não justificáveis, garantindo a diversidade e o pluralismo nas diferentes esferas da vida social, denunciando e desnaturalizando a posição subordinada de determinados grupos sociais (GOMES, 2001).

É importante salientar que a força e o mérito dessas proposições de combate ao racismo, ao preconceito⁹ e à discriminação¹⁰ e, mais especificamente, às ações afirmativas, não devem significar um deslocamento definitivo das ações universais como estratégia central

⁹ O preconceito está situado no campo da subjetividade, referenciado a ideias preconcebidas e estereótipos, insuscetíveis de punição enquanto não exteriorizados por meio de condutas. O preconceito racial é um fenômeno que também tem sido objeto de intervenção pública, por meio de ações que podem ser identificadas como persuasivas ou valorativas. Essas ações têm como principal campo de atuação o sistema educacional, onde experiências inovadoras vêm sendo implementadas. (Silva Junior, 2000).

¹⁰ Como afirma Soares (2000), existe discriminação sempre que uma pessoa seja impedida de exercer um direito como, por exemplo, o trabalho, ou não possa usufruir as mesmas oportunidades e tratamentos que outras em função de sua raça, sexo ou idade. Contra essa discriminação, cabe a sinalização, pelas normas legais, no sentido de sua incompatibilidade com o Estado democrático de direito, e possibilidade de sua sanção pela via jurídica.

da intervenção pública na vida social. Ao contrário, é necessário reconhecer seu papel como instrumento de importantes melhorias nas condições de vida da população brasileira, inclusive da população negra, que é mais negligenciada em seus direitos.

Contudo, dado os fatores históricos e os constrangimentos raciais que ainda hoje operam no país, as políticas universais têm se revelado insuficientes para o objetivo de enfrentar a discriminação e desigualdade racial.

A presença do racismo, do preconceito e da discriminação racial como práticas sociais, aliadas à existência do racismo institucional, representam um obstáculo à redução daquelas desigualdades, obstáculo este que só poderá ser vencido com a mobilização de esforços de cunho específico.

Assim, a implementação de políticas públicas específicas, capazes de dar respostas mais eficientes frente ao grave quadro de desigualdade racial existente em nossa sociedade, apresenta-se como uma exigência incontornável na construção de um país com maior justiça social.

As políticas da diversidade surgiram com o objetivo de quebrar o paradigma de que grupos não centrais da dinâmica social não pudessem ter acesso e condições de ocupar lugares antes não destinados a eles. As políticas da diversidade são muito mais do que políticas que prezam a igualdade de direitos, elas criam mecanismos que fazem com que estes grupos possam disputar lugares de privilégio na sociedade brasileira, que é marcada pela competição e pelo mérito.

Retomando a explicação sobre a fundamentação das políticas da diversidade para negros no ensino superior, convido-os a acompanhar o raciocínio desenvolvido para justificar esta fundamentação.

O ensino superior brasileiro, historicamente, vem sendo um lugar reservado apenas a um pequeno grupo da população brasileira. Este pequeno grupo possui uma estrutura social e familiar que permite a estes indivíduos poder se preparar ao longo de suas trajetórias escolares para competir por uma vaga nas universidades mais renomadas do país, com foco especial nas universidades públicas.

Para tal feito, a competição por uma vaga é decidida muitas vezes em uma acirrada concorrência entre alunos de trajetórias escolares completamente diferenciadas. Esta diferenciação na vida destes jovens faz com que eles não partam do mesmo ponto e, em consequência disso, o processo de disputa por essas vagas se inicia de maneira desigual e desequilibrada.

Ao analisarmos as trajetórias escolares de crianças e jovens na sociedade brasileira, o fenômeno da desigualdade é um marcador determinante para o sucesso de uns e fracasso de outros, uma vez que, em uma sociedade capitalista, o que vai corroborar para que essa competição tenha validade é a lógica do mérito individual.

Entre as muitas desigualdades encontradas na sociedade brasileira, nenhuma é tão cruel e fomenta tanta disparidade de oportunidades entre os indivíduos do que a desigualdade racial. Graças a ela, são observados diversos desdobramentos que aparecem em variadas áreas estruturantes da sociedade, por exemplo, na área da educação.

No campo da educação, essa disparidade é detectada quando confrontamos as oportunidades e as trajetórias de crianças e jovens negros e brancos nas instituições de ensino. A educação básica é o nível de ensino correspondente aos primeiros anos de educação formal. Esta denominação atende a um conjunto específico de tempo de escolaridade correspondendo, na maioria dos casos, aos primeiros seis a nove anos de estudo.

Os anos de escolarização na educação básica são subdivididos em cinco categorias, são elas: a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante e a educação de jovens e adultos. Analisando os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹¹, que foram obtidos mediante a uma perspectiva racializada da quantidade de alunos matriculados nas escolas da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, percebemos que é notável a desigualdade de acesso à educação entre jovens negros e brancos. Esta desigualdade atrapalha de forma decisiva a entrada de jovens negros no ensino superior brasileiro.

A tabela abaixo apresenta de forma clara dados do quantitativo de matrículas de alunos da educação básica, ordenados e divididos através das categorias utilizadas pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.¹²

¹¹ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. Seu objetivo é promover estudos, pesquisas e avaliações periódicas sobre o sistema educacional brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.

¹² O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um instituto público da administração federal brasileira criada em 1934 e instalado em 1936 com o nome de Instituto Nacional de Estatística; seu fundador e grande incentivador foi o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas. O nome atual data de 1938. A sede do IBGE está localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 1 – Quantitativo de matrículas na educação básica, a partir das categorias sexo e raça/cor, nos municípios do Rio de Janeiro.

MATRÍCULAS**Educação Básica**

Número de Matrículas na Educação Básica-Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Sexo e Cor/Raça, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2017

Região Geográfica	Unidade de Federação	Município	Total ¹⁻³	Número de Matrículas na Educação Básica													
				Sexo e Cor/Raça													
				Feminino							Masculino						
				Total	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Sudeste	Rio de Janeiro	Belford Roxo	44.719	16.381	7.528	3.718	16.944	137	11	46.333	16.668	7.465	4.266	17.757	151	26	44.719
Sudeste	Rio de Janeiro	Cachoeiras de Macacu	6.143	1.800	1.906	235	2.184	13	5	6.649	2.017	1.968	298	2.349	13	4	6.143
Sudeste	Rio de Janeiro	Duque de Caxias	102.184	36.256	20.287	8.108	36.950	489	94	99.198	33.994	19.464	8.419	36.795	445	81	102.184
Sudeste	Rio de Janeiro	Guapimirim	5.619	1.615	1.488	526	1.958	27	5	5.784	1.840	1.421	556	1.929	33	5	5.619
Sudeste	Rio de Janeiro	Itaboraí	25.214	8.867	4.957	1.465	9.854	59	12	25.366	8.590	4.868	1.566	10.264	65	13	25.214
Sudeste	Rio de Janeiro	Itaguaí	16.953	4.070	4.420	1.114	7.250	83	16	17.778	4.324	4.595	1.221	7.570	54	14	16.953
Sudeste	Rio de Janeiro	Japeri	10.849	5.291	1.447	758	3.311	37	5	11.310	5.534	1.431	822	3.487	26	10	10.849
Sudeste	Rio de Janeiro	Magé	29.923	12.285	5.622	2.114	9.762	127	13	29.896	12.434	5.374	2.242	9.715	113	18	29.923
Sudeste	Rio de Janeiro	Maricá	15.018	10.443	2.692	150	1.704	11	18	15.696	10.910	2.732	161	1.868	9	16	15.018
Sudeste	Rio de Janeiro	Mesquita	17.707	7.961	3.249	1.259	5.192	34	12	17.674	7.916	3.081	1.329	5.298	38	12	17.707
Sudeste	Rio de Janeiro	Nilópolis	19.057	8.120	3.942	1.484	5.454	47	10	18.566	7.691	3.804	1.472	5.523	59	17	19.057
Sudeste	Rio de Janeiro	Niterói	50.600	21.673	15.043	3.627	10.050	150	57	50.581	21.521	14.759	3.797	10.335	129	40	50.600
Sudeste	Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	89.007	35.114	16.865	6.235	30.482	247	64	87.790	34.010	16.149	6.892	30.470	212	57	89.007
Sudeste	Rio de Janeiro	Paracambi	4.516	1.234	1.441	267	1.568	1	5	5.000	1.268	1.614	322	1.783	11	2	4.516
Sudeste	Rio de Janeiro	Queimados	17.432	8.302	2.309	1.244	5.538	30	9	18.439	9.145	2.328	1.322	5.611	26	7	17.432
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio Bonito	7.214	2.877	1.944	427	1.955	8	3	6.877	2.817	1.774	375	1.901	10	-	7.214
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	666.379	174.875	221.798	49.850	217.885	1.427	544	680.558	174.733	222.601	52.207	229.162	1.333	522	666.379
Sudeste	Rio de Janeiro	São Gonçalo	81.755	39.557	18.615	4.438	18.947	145	53	80.689	39.358	17.955	4.497	18.711	120	48	81.755
Sudeste	Rio de Janeiro	São João de Meriti	46.389	16.807	8.607	3.847	16.989	122	17	44.982	16.165	8.177	4.011	16.474	121	34	46.389
Sudeste	Rio de Janeiro	Seropédica	10.538	4.025	2.323	582	3.557	42	9	10.704	4.022	2.217	664	3.743	50	8	10.538
Sudeste	Rio de Janeiro	Tanguá	3.653	1.037	787	205	1.617	4	3	3.775	1.108	831	222	1.610	2	2	3.653

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2017

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrícula em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE)

3 - Inclui matrículas do Ensino Regular, Especial e/ou EJA.

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica, 2017.

Ao analisarmos os dados do Censo da Educação Básica do ano de 2017, onde constam amostras sobre o quantitativo de alunos devidamente matriculados em escolas da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nas modalidades de Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), através das categorias de Sexo e Cor/Raça, percebemos que há desigualdade entre jovens negros e brancos no acesso e principalmente na permanência dos mesmos no ensino básico.

A distribuição da escolaridade entre jovens negros é predominantemente pior que a escolaridade de jovens não-negros¹³. Esse fato desencadeia uma série de entraves ao avanço de jovens negros aos níveis superiores de escolaridade, fazendo com que, ao término do ciclo básico de ensino, estes jovens não consigam competir em pé de igualdade com os jovens brancos para concorrer às vagas oferecidas pelas melhores universidades.

De acordo com Henriques (2002), o recorte racial, no entanto, explicita, no domínio da alfabetização, um cenário de fragilidade estrutural na igualdade de oportunidades entre brancos e negros. A incidência do analfabetismo e, portanto, a privação dessa característica elementar das oportunidades básicas do indivíduo, é significativamente maior entre os negros.

Isso acomete alunos negros por diversas razões, tais como: a falta de estrutura familiar e a necessidade de se incorporar mais rapidamente ao mercado de trabalho para ajudar na renda da família, uma vez que os pais geralmente possuem baixa qualificação e, conseqüentemente a isto, baixa renda. Desta maneira, a procura por trabalho é mais urgente do que o investimento na educação para fins de ascensão social.

Após essa breve explicação das razões que levam os jovens negros a não conseguirem competir em pé de igualdade com os demais nas disputas pelas vagas oferecidas pelas universidades, podemos entender como se dão as configurações do corpo discente nestes espaços.

Nos últimos anos, o ensino superior tem sido um campo de investigação e de investimento de políticas públicas educacionais, entre elas as ações afirmativas, na tentativa de reverter o quadro de exclusão e de falta de oportunidade de acesso ao ensino superior que alguns segmentos da sociedade ainda sofrem nos dias atuais.

Após estas argumentações descritas para justificar a fundamentação das políticas da diversidade para negros no ensino superior, encerro esta seção concluindo que, a criação, implantação e de implementação de políticas públicas educacionais - ações afirmativas - , são

¹³ Classifico como jovens não negros as seguintes categorias utilizadas no Censo da Educação Básica: não declarados, brancos, amarelos e indígenas.

necessárias não somente para equiparar o déficit educacional existente entre negros e as demais categorias raciais, mas servem como medidas de reparação ou compensação a partir de desigualdades estruturantes que por anos geraram a exclusão, segregação e falta de oportunidade de acesso e permanência da população negra ao ensino superior brasileiro.

1.2. **As desigualdades estruturantes: as políticas racializadas e o quadro das ações afirmativas no Brasil**

A sociedade brasileira, assim como outras sociedades ancoradas no modelo capitalista liberal ao redor do mundo, tem como um de seus alicerces fomentar as desigualdades entre os indivíduos. Estas desigualdades, quando colocadas no plano das estruturas que organizam a sociedade, são nomeadas de desigualdades estruturantes, pois condicionam à falta de alguns bens necessários à vida em sociedade a alguns dos indivíduos que nela vivem.

Pautadas através de uma perspectiva de combate às desigualdades estruturantes, as políticas racializadas servem como um mecanismo de inclusão e de combate à desigualdade racial e têm como principal finalidade combater um conjunto variado de fenômenos que estão na base desse processo e que corroboram para que o *status quo* não seja alterado. Processos como o racismo, a discriminação direta, a discriminação indireta, o preconceito, que, em conjunto, mantêm a população negra concentrada nos segmentos mais baixos da estratificação social brasileira (JACCOUD, 2008)¹⁴.

Atualmente, pensar no processo de democratização do ensino é pensar em uma pluralidade de sujeitos, de trajetórias, de histórias, de vivências e de realidades. Sujeitos que nem sempre tiveram acesso a uma educação de qualidade e que por motivos variados não tiveram investimento em suas caminhadas marcadas por interrupções e questionamentos.

Para grupos não centrais da dinâmica social, a chegada no ensino superior é atravessada por inúmeros percalços que dificultam este processo, causando assim a desigualdade de oportunidade de acesso destes sujeitos que se encontram descentralizados na dinâmica social a este nível de ensino.

¹⁴ Na década de 1950, a chamada Lei Afonso Arinos já havia incluído como contravenção penal ações de discriminação racial.

Em 2001, na Conferência de Durban¹⁵ realizada na África do Sul, o Brasil como membro signatário da ONU se comprometeu em criar políticas públicas de combate ao racismo e à discriminação que foram diagnosticadas como causadoras do entrave da população negra aos lugares de maior prestígio na sociedade brasileira.

Na tentativa de democratização e de facilitação do acesso ao ensino superior, as políticas de ações afirmativas foram uma resposta a um longo processo de precarização do ensino público e de privatização do ensino nos segmentos fundamental e médio, a fim de assegurar uma chance de aprovação nas instituições de ensino do país, principalmente nas universidades públicas.

O mapa das ações afirmativas feito por Carvalho (2011) nos dá a dimensão do projeto de implantação e de implementação das políticas de ações afirmativas em todos os tipos de instituições públicas de ensino desde escolas até universidades.

¹⁵ **Conferência de Durban** é como ficou conhecida a *Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância* promovida pela Organização das Nações Unidas contra o racismo e o ódio aos estrangeiros. É a primeira conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas e que se realizou entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul.

Figura 1: Mapa de Ações Afirmativas no Brasil.



Fonte: INCT, 2011¹⁶.

¹⁶ Os **Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs)** são 101 centros de pesquisa multicêntricos brasileiros. O objetivo desses centros é desenvolver a pesquisa e criar patentes para o país. O programa é conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e diversas fundações de amparo à pesquisa estaduais (FAPESP, FAPEAM, FAPEMIG, FAPESC, FAPERJ e FAPESPA)

A figura acima nos apresenta a distribuição das políticas públicas educacionais adotadas pelo governo federal após a ceder à pressão dos movimentos sociais. A amostra tem como foco a semiótica dos sistemas de cotas e das ações afirmativas em instituições de ensino em todo o território nacional ¹⁷.

Desta forma, a ideia de ação afirmativa passa pela perspectiva de que alguma forma a pressão feita pelos diversos setores da sociedade civil, particularmente o movimento negro, quando se trata das políticas racializadas, foram essenciais para que o Estado brasileiro assumisse um compromisso com a sociedade de agir em prol do combate às desigualdades estruturais, causadoras dos entraves aos grupos menos privilegiados da sociedade no sistema educacional.

Contudo, a forma de implantação e de implementação das políticas de ações afirmativas e o sistema de cotas nas universidades não foram adotadas de forma homogênea. Nas universidades estaduais, o processo de implantação não passou pela Lei de Cotas 12.711/12¹⁸, é fruto de iniciativas individuais das próprias universidades ou de legislação estadual.

A medida adotada por estas universidades fez com que ocorresse uma mudança em seus quadros discentes. A democratização do acesso proporcionou a emergência de novos atores sociais no ambiente universitário, condizendo com a proposta das políticas da diversidade.

¹⁷ Atualmente, o levantamento das instituições que aderiram às ações afirmativas ou ao sistema de cotas está diferente devido à adoção de mais universidades a essas políticas desde o ano de 2011 até agora.

¹⁸ Lei Federal que regulamenta a utilização de políticas de ações afirmativas nos processos de ingresso ao ensino superior nas Universidades Federais de todo o país

Tabela 2 – Universidades estaduais que adotaram ações afirmativas por meio de leis estaduais.

UNIVERSIDADES ESTADUAIS	SIGLAS	LEIS
Universidade Estadual de Alagoas	UNEAL	Lei nº 6.542, de 7/12/2004
Universidade do Estado do Amapá	UEAP	Lei Estaduais n.ºs. 1022 e 1023 de 30/06/2006 e 1258 de 18/09/2008.
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	Lei nº 2.894, de 31/05/2019
Universidade Estadual de Goiás	UEG	Lei nº 14.832, de 12/07/2004
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	Lei nº 9.295, de 17/11/2010
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	UEMS	Leis nº 2605 de 06/01/2003 e nº 2589 de 27/12/2002
Universidade do Estado de Minas Gerais Universidade Estadual de Montes Claros	UEMG/ UNIMONTE	Lei Estadual nº 15.259 de 27/07/2004; Resolução nº104 CEPEX/2004; Lei Estadual nº13.465, de 12/1/2000.
Universidade Estadual de Maringá Universidade Estadual do Centro-Oeste Universidade do Oeste do Paraná	UEM / UNICENTRO/UNIOESTE	Lei nº 13.134 de 18/04/2001 Casa Civil, modificada pela Lei Estadual nº 14.995/2006, de 09/01/2006, Edital nº 007/2007 COORPS, Edital nº 01/2006 CUIA e Resolução nº 029/2006 SETI.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade Estadual do :Norte Fluminense Centro Universitário Estadual da Zona Oeste	UERJ / UENF/ UEZO	Lei Estadual nº 415/03
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	Lei de Estadual nº 8.258, de 27/12/2002.
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	Lei 11.646/01

Fonte: GEMAA, 2016.

De acordo com o GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (2016)¹⁹, ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

Entre as medidas que podemos classificar como ações afirmativas, destacamos: o incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na educação por via de metas, cotas, bônus ou fundos de estímulo; bolsas de estudo; empréstimos e preferência em contratos públicos; determinação de metas ou cotas mínimas de participação na mídia, na política e outros âmbitos; reparações financeiras; distribuição de terras e habitação; medidas de proteção a estilos de vida ameaçados; e políticas de valorização identitária.

A introdução de um novo modelo de acesso ao ensino superior promoveu a emergência de uma nova composição do alunado não evidenciada devido à desigualdade ao acesso nas instituições de ensino. O ano marcante de implementação das políticas de ações afirmativas foi 2003. Neste ano, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ aprovou a Lei 4.151/03²⁰ na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e na Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF.

Na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a política de ação afirmativa foi implantada naquele mesmo ano por meio da deliberação número 196/2002²¹ do Conselho Universitário da instituição. Nos anos seguintes, medidas de discriminação positiva foram criadas em diferentes universidades estaduais, tanto por leis de Assembleias Legislativas quanto por resoluções de conselhos universitários.

¹⁹ O GEMAA é um núcleo de pesquisa com inscrição no CNPq e sede no IESP-UERJ. Criado em 2008 com o intuito de produzir estudos sobre ação afirmativa a partir de uma variedade de abordagens metodológicas, o GEMAA ampliou sua área de atuação e hoje desenvolve investigações sobre a representação de raça e gênero na política e em diversas instituições e mídias (jornalismo, cinema, telenovelas, revistas, videogames). Além de atividades de pesquisa, o grupo também realiza eventos, debates e cursos.

²⁰ Lei que estabeleceu uma reserva de vagas para negros, estudantes oriundos de escolas públicas e pessoas com deficiência.

²¹ Estabelecer reserva de vagas para populações histórica e socialmente discriminadas, no preenchimento das vagas relativas a todos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, seja na forma de vestibular ou de qualquer outro processo seletivo, com o objetivo de promover a diversidade e a igualdade étnico-racial no ensino superior baiano e brasileiro.

Tabela 3: Meio de adoção da Ação Afirmativa

Meio de adoção	Nº	%
Resolução de Conselho Universitário	17	50
Lei Estadual	17	50
Total	34	100

Nº: número de universidades pesquisadas

%: porcentagem das universidades pesquisadas

Fonte: GEMAA, 2016

A tabela 3 indica que no ano de 2016 dezessete universidades estaduais obtiveram a aprovação de políticas de ações afirmativas através de resoluções de seus conselhos universitários, o equivalente a 50% do total das universidades pesquisadas pelo GEMAA. Por outro lado, outras dezessete instituições aprovaram as políticas de ações afirmativas através de leis estaduais. Este quantitativo expressa outros 50% do total das universidades pesquisadas. Isso significa que, apesar das formas de adoção de políticas de ações afirmativas, o objetivo foi o mesmo.

No caso das universidades federais, a adoção das políticas de ações afirmativas se deu através da Lei Federal 12.711/03, que torna obrigatória a inclusão de atores sociais excluídos historicamente das universidades e do ensino técnico, tais como: pretos, pardos, indígenas, alunos de escolas públicas e alunos de baixa renda que, principalmente através do REUNI²², possibilitando o aumento do número de universidades federais no Brasil e de beneficiários de alguma política de inclusão.

A criação do Sistema de Seleção Unificada – SISU, no ano de 2010, foi outra medida de inclusão criada pelo Governo Federal e adotada pelas universidades em seus processos de seleção aos cursos de graduação. Suas diretrizes são baseadas na busca pela unificação dos processos seletivos de acesso às instituições federais; a adesão de grande parte das instituições públicas e privadas ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e a criação do Exame Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Somadas a essas medidas, as ações afirmativas foram divididas em três modalidades: a cota, o sistema de bônus e o acréscimo de vagas. Com a criação e a utilização dessas medidas

²² REUNI: Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criado em 2007, pelo Governo Federal.

no acesso ao ensino superior é que, de fato, a promoção da democratização desses espaços vem se tornando uma realidade.

As cotas têm como característica principal a possível redistribuição das vagas totais destinadas ao vestibular universal por meio de reservas a grupos específicos. Estas vagas reservadas que podem ou não ser preenchidas. Frequentemente, apresentam os seguintes formatos: porcentagens e quantidades fixas.

As cotas raciais foram adotadas pelas universidades brasileiras, que reserva vagas para a população negra²³. Pesquisas realizadas pelos Censos do IBGE apontam que, na última década, a população negra ainda ocupava a base do sistema social nacional. E nos dias hoje esta configuração não está muito diferente, pois a estratificação social está condicionada a fatores como cor, raça e renda.

O sistema de acréscimo de notas é uma medida adotada que pode ocorrer antes do vestibular, como pontos fixos acrescidos para o beneficiado ou, depois das provas, como porcentagens para aumentar a nota final.

Já o acréscimo de vagas é estabelecido antes do vestibular, pois são vagas oferecidas em um concurso paralelo ao vestibular tradicional, ou seja, são criadas vagas a mais que normalmente não estariam previstas no edital.

Estes mecanismos de ações afirmativas adotados no Brasil foram medidas essenciais para que o Estado repensasse a presença de grupos historicamente excluídos do acesso ao ensino superior brasileiro. O Brasil adota oficialmente as ações afirmativas na perspectiva de que atenda ao modelo assimilacionista e múltiplo de raça/cor existente no país, uma vez que o Estado está comprometido com a diversidade e a inclusão dos grupos sociais menos favorecidos no quesito cor/raça e renda na sociedade brasileira.

1.3 A Acessibilidade de Jovens Negros ao Ensino Superior

A acessibilidade de jovens negros ao ensino superior está relacionada com a implantação e implementação de políticas educacionais e sociais. Das políticas que possibilitaram a inclusão desse grupo no ensino superior, temos como exemplo as políticas da diversidade, em especial, as ações afirmativas que fizeram com que outros grupos que estavam à margem do sistema educacional tivessem oportunidades de desfrutar dessas iniciativas.

²³ Quero referir à composição adotada pelos órgãos oficiais: negro = preto + pardo.

A diversidade e a inclusão são dois conceitos fundamentais para analisar a composição de diferentes atores sociais nas instituições de ensino superior. Gonçalves (2014) atesta que a diversidade é responsável pela introdução de um novo modelo de acesso e promove a emergência de uma nova etnicidade negra. Já a inclusão é responsável pela entrada de negros nestas instituições e vem se desenhando através do modelo híbrido²⁴ de ações afirmativas por combinar fatores tais como: cor/raça, renda, região e origem escolar.

Estas medidas são consideradas diversas graças à autonomia universitária, que tem fomentado a implementação de experimentos diferenciados, contribuindo para o aumento do alunado negro nas instituições de ensino superior. No que tange às políticas públicas inclusivas para negros, os experimentos procuram reunir numa mesma política a categoria “raça”, a noção de diversidade e a necessidade de ampliação das formas de acesso.

As ações afirmativas, com o passar dos anos, vêm conseguindo se adaptar ao modelo assimilacionista e múltiplo de raça/cor existente no país. Através desta adaptação, pesquisas voltadas à coleta de dados sobre o ensino superior brasileiro passaram a captar dados e informações mais precisas sobre a presença de jovens negros no ensino superior.

Tabela 4 – Quantitativo de discentes por cor/raça matriculados nas instituições de ensino superior em 2016.

Censo da Educação Superior 2016								
Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor/Raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2016								
Unidade de Federação / Categoria Administrativa	Matricula sem Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor/Raça							
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Dispõe da Informação	Não Declarado
Brasil	8.048.701	3.079.779	485.793	1.928.238	123.601	49.026	176.521	2.205.743
Pública	1.990.078	763.328	158.392	532.259	29.270	12.348	61.858	432.623
Federal	1.249.324	458.549	107.660	387.457	16.041	8.838	32.785	237.994
Estadual	623.446	248.298	48.072	129.417	12.4411	3.348	25.774	156.096
Municipal	117.308	56.481	2.660	15.385	788	162	3.299	38.533
Privada	6.058.623	2.316	327.401	1.395.979	94.331	36.678	114.663	1.773.120

Fonte: Censo da Educação Superior, 2016.

²⁴ O modelo híbrido é adotado para a formulação de políticas públicas no Brasil. Esse modelo corresponde à junção de fatores como: cor/raça e renda para dar conta da diversidade de sujeitos que são os beneficiários dessas políticas.

A Tabela 4 apresenta o quantitativo de alunos negros matriculados nas instituições de ensino superior públicas e privadas no ano de 2016, segundo informações do Censo da Educação Superior. Ao analisar os dados do quantitativo de alunos brancos e pretos matriculados no ensino superior em instituições privadas e o quantitativo de alunos brancos e pretos nas mesmas instituições públicas, vemos que a diferença do total de matrículas a nível Brasil é grande.

Há quem considere que o problema da sociedade brasileira está nas questões de classe e não na questão racial. Os dados do Censo de 2016 confirmam que esse não é o caso. Se o problema fosse apenas questão de classe, por que a população negra é a mais negligenciada e se torna vítima direta da hierarquia social brasileira? Qual seria então a causa da falta de oportunidades e de acesso a direitos fundamentais?

O discurso homogeneizador que desqualifica a questão racial brasileira e só aponta as questões de classe não dá conta de explicar o porquê dos lugares mais altos das camadas sociais sempre estarem nas mãos de pessoas brancas, enquanto outros grupos sempre ocupam as camadas mais desprestigiadas da pirâmide social.

Seguindo a afirmação de Lima (2015), a educação é o principal mecanismo de superação das desigualdades e ao mesmo tempo atua como um mecanismo de reprodução das mesmas. Se formos analisar a presença da juventude negra no sistema educacional brasileiro, e, principalmente, no nível do ensino superior, essa reprodução sai do campo da teoria e se apresenta de modo claro e cruel no campo da prática. Ao observar as trajetórias de escolarização dessa juventude, encontramos a desigualdade entre os jovens negros e os jovens brancos desde o início do processo de escolarização.

Neste sentido, a educação surge para os jovens negros como o único meio de ascensão social e a teoria de que o problema do negro no Brasil não é só de classe, mas também racial passa a fazer total sentido na medida em que, de acordo com o Censo, fica impossível desassociar uma categoria da outra.

A escola pública, que abriga majoritariamente o alunado negro brasileiro, ao longo da história da educação, vem sendo cada vez mais desprestigiada, não recebendo a atenção e o investimento necessário para que o padrão de qualidade possibilite seus alunos um processo de escolarização qualificado para que, ao saírem, os jovens sejam capazes de disputar, em pé de igualdade, as melhores posições na sociedade.

Com o desprestígio do ensino público – municipal e estadual –, a evasão dos melhores profissionais ali presentes é quase que certa. Muitos profissionais da educação são seduzidos pela oferta de salários mais condizentes com suas necessidades e abandonam seu

compromisso com a escola pública. Estas ações têm impacto direto na baixa qualidade do ensino oferecido pela rede pública e no desenvolvimento educacional desses alunos – a maioria negros – que, não podendo pagar por melhores condições de estudo no setor privado, se veem obrigados a frequentar escolas da rede pública.

Guimarães (2003) afirma que os negros enfrentam também problemas relacionados com a preparação insuficiente, além de pouca persistência e motivação para o estudo. Tendo que permanecer à mercê de uma escola pública refém de uma política de desmonte e de precariedades. Para os jovens negros, não é somente a questão educacional que se torna um problema, mas a questão do trabalho também. Jovens negros frequentemente precisam estudar e trabalhar para ajudar na renda da família, enquanto jovens brancos podem se dedicar exclusivamente aos estudos.

Ainda de acordo com Guimarães (2003), existem fatores que explicam a pequena absorção da juventude negra nas universidades brasileiras:

- A classe econômica interfere no desempenho dos membros de todos os grupos de cor: quanto maior a classe econômica do candidato, melhor seu desempenho e com isso maiores são suas possibilidades de acesso;
- A grande seletividade segundo as classes socioeconômicas das famílias dos candidatos;
- Dedicção exclusiva aos estudos: alunos que não precisam trabalhar;
- O turno em que o candidato estudou na escola básica: aqueles que estudaram no período diurno têm mais acesso;
- A natureza da escola da qual vieram: aqueles que vieram da esfera pública têm menos acesso, com exceção das escolas da rede federal de ensino.
- A falta de apoio ao candidato negro, comparado ao candidato branco, vindo da família e de sua comunidade.

Tais fatores somados são condicionantes poderosos para a pequena absorção de candidatos negros interessados em acessar o ensino superior, uma vez que fatores como a falta de incentivo e a de investimento nos estudos muitas vezes é determinante para o fracasso destes jovens na disputa da tão sonhada vaga nas instituições de ensino superior, especialmente nas instituições públicas.

Diante deste contexto, que podemos afirmar que as ações afirmativas são um estímulo aos grupos não contemplados por políticas específicas à promoção de iguais oportunidades para todos os atores sociais, não somente para um grupo específico. Ainda há um processo longo de acerto dessa dívida histórica com a população negra do país, mas

segundo os dados do censo da educação superior de 2016, os resultados estão começando a surgir.

1.4. Implantação e implementação das políticas de ações afirmativas: o caso da UERJ e o caso da UFF

A implantação e a implementação das políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino superior não foram aprovadas de maneiras diferentes nas instituições estaduais e nas instituições federais. Nas instituições estaduais, as políticas de ações afirmativas foram aprovadas mediante aos conselhos universitários ou leis de estaduais, enquanto nas universidades federais, a aprovação ocorreu através da Lei 12.711/12, conforme já explicado na seção 1.2 deste mesmo capítulo.

Como exemplo das medidas adotadas para fins de inclusão de novos atores sociais no ambiente universitário, temos duas universidades que adotaram posturas diferentes em relação às políticas de ações afirmativas: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade Federal Fluminense – UFF.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem um lugar especial na história de implantação e de implementação das políticas de ações afirmativas no Estado do Rio de Janeiro e também para Brasil devido ao seu pioneirismo na adoção da Lei de Cotas, beneficiando alunos de escolas públicas e negros no exame vestibular.

Através do Programa de Apoio ao Estudante, criado com o objetivo de auxiliar a compreensão do perfil da primeira turma de cotista que a universidade iria receber no ano de 2003, a comissão organizadora, mediante os dados colhidos, conseguiu compreender que as categorias classe e raça dos alunos estavam estritamente relacionadas.

A alegação para a validade da implementação das cotas foi que a lei havia estabelecido a reserva de vagas para as universidades estaduais a partir do resultado de reivindicações antigas do movimento estudantil e de outros movimentos sociais. As universidades contavam em receber apoio de todos aqueles que efetivamente preocupavam-se com a inclusão social, uma vez que aprovação da lei se deu na ALERJ²⁵.

Pensando na democratização do acesso ao ambiente universitário e através da perspectiva da diversidade, que tem como premissa o respeito às diferenças e a valorização e

²⁵ Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro é o órgão de poder legislativo do Estado de Rio de Janeiro, exercido através dos deputados estaduais. É sediada no Palácio Tiradentes, onde funcionou a Câmara dos Deputados do Brasil, localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

coexistência de identidades e de grupos em um mesmo ambiente, que a UERJ se estruturou para receber um alunado diverso.

A Universidade Federal Fluminense tem uma relação um pouco diferente em relação à adoção de políticas de ações afirmativas em seu processo de seleção aos cursos de graduação. Na verdade, o que marcou muito a instituição de forma negativa foi o retardamento da aplicação de cotas raciais para o ingresso de jovens negros aos seus cursos de graduação.

A instituição possuía até 2012, ano da implementação do REUNI nas instituições federais através da Lei Federal 12.711/12, uma política institucional de bônus na nota para alunos oriundos de escolas públicas, mas não possuía uma política oficial racializada por entender que o problema do acesso ao ensino superior estava na questão da classe social dos candidatos e não na cor/raça que eles pertenciam.

Várias pesquisas foram realizadas pelo PENESB/UFF – Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, inclusive com dados colhidos nos formulários de inscrições dos exames de vestibular fornecidos aos candidatos que desejavam concorrer a uma vaga nos cursos de graduação da instituição.

Através de demandas dos movimentos sociais, com ênfase no movimento negro, e também pela pressão de alunos negros que não estavam aptos a concorrer a uma vaga pelo critério adotado pela instituição até aquele momento, foram solidários aos outros que estavam de fora do espaço acadêmico, reclamando junto à reitoria da universidade pela adoção de políticas de ações afirmativas que dessem conta da obrigatoriedade da implementação da Lei 12.711/12.

Com a obrigatoriedade da aplicação de políticas de ações afirmativas nas IES – Instituições de Ensino Superior – federais, a UFF foi obrigada a adotar estas medidas em seus processos de seleção aos cursos de graduação no ano de 2012 a partir da adoção do REUNI.

A adoção de políticas de ações afirmativas nas IES do país tiveram implicações na sociedade civil em forma de críticas positivas e negativas. As políticas racializadas foram alvo de diversos casos de descontentamento.

A alegação mais comum entre os opositores às ações afirmativas é o princípio universal do ser humano. Este princípio tem como primazia proclamar a igualdade de todos os cidadãos sem distinção de raça, classe, gênero e religião.

De acordo com o princípio do universalismo, “se todos são iguais perante as leis e o Estado”, por que uma grande parcela da população, principalmente a negra, sempre foi alvo de descaso deste mesmo Estado que não garantiu a estes cidadãos direitos fundamentais

como: educação de qualidade, direito a ter direitos e oportunidade de renda visando a ascensão social?

A resposta é simples: o causador dessa desigualdade é o racismo. O racismo estrutura a sociedade de modo que a população negra fique na base da pirâmide enquanto outros grupos possuem posições acima dos negros na estratificação da pirâmide social.

As políticas racializadas tem por finalidade fomentar maior acessibilidade aos jovens negros, garantindo que a desigualdade de oportunidade entre eles e os jovens brancos sejam cada vez menor na tentativa de acesso ao ensino superior.

Dentro deste pacote de políticas de cunho racial, medidas como a Lei 10.639/03 foram aprovadas como um suporte ao resgate da história e cultura afrodescendente nos currículos das instituições de ensino, proporcionando uma exaltação e valorização do povo negro em suas variadas nuances, tais como: cultura, saúde, educação, história, saberes e práticas facilitando, assim, a emergência de uma nova etnicidade²⁶ negra.

Nesse sentido, a adoção de políticas de ação afirmativa com o recorte racial vem contribuindo para a construção e fortalecimento de critérios identitários na adesão à identidade negra. A partir da ideia de que ser negro não é sinônimo de demérito e que se utilizar de cotas raciais não está relacionado com baixo prestígio social e nem intelectual, os estudantes que se enquadram no perfil de beneficiários dessas políticas passam a não se sentirem isolados nas instituições de ensino superior.

Através de critérios de identificação pela questão racial e pelas histórias das trajetórias semelhantes que os estudantes negros possuem em seus processos de escolarização até a chegada ao ensino superior, os estudantes se juntam em coletivos para fins de luta contra o racismo, construção de uma rede de apoio e afeto e para pleitearem demandas de melhorias para a população de jovens negros presentes nas instituições de ensino superior do país.

²⁶ Etnicidade é o conjunto de características comuns a um grupo de pessoas que as diferenciam de outro grupo. Normalmente essas características incluem a língua, cultura e também a noção de uma origem comum.

2 OS COLETIVOS DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR

Apresentando elevado potencial mobilizador, os diferentes modelos associativos e formas de atuação política antirracista vêm atraindo o interesse de um número crescente de jovens negros, posicionados como herdeiros de uma elaboração identitária étnico-racial e de um repertório político construído por várias outras gerações de jovens negros e negras.

(Sacramento, 2002, p15).

A chegada da juventude negra às universidades, proporcionada pela aplicação das políticas de ações afirmativas, acarretou uma nova configuração no ensino superior. Estes novos estudantes – beneficiários de ações afirmativas – trazem consigo um repertório de discursos e narrativas, engajamento político e demandas específicas dos jovens negros universitários.

A mobilização da juventude negra no espaço universitário é um fenômeno que recai sobre as instituições de ensino superior, em especial às universidades, na medida em que estas ainda não possuem políticas efetivas que garantem o acesso da juventude negra no ensino superior.

Na medida em que esses jovens chegam à universidade e se deparam com uma estrutura que não os contempla, estes se juntam em coletivos com o propósito de ajuda mútua para encarar as dificuldades que são iminentes aos estudantes negros, devido ao histórico de um ensino básico precário, da falta de uma tradição familiar universitária, na maioria das vezes, e do racismo estrutural que impede que pessoas negras avancem para lugares de prestígio na sociedade.

Então, organizados através da perspectiva da identidade negra comum a todos os membros, e de forma a combater práticas racistas no ambiente acadêmico, estes jovens negros se mobilizam reivindicando demandas ainda não superadas pela população negra tais como ampliação ao acesso às instituições sociais e igualdade de oportunidade nas variadas nuances da vida social.

Em prol de uma agenda comum de luta, os coletivos de estudantes negros se articulam a outros na perspectiva de combate aos entraves que condicionam aos jovens negros lugares de menor prestígio na sociedade.

Nos interessa discutir nesta seção sobre os coletivos de estudantes negros no ensino superior e para tal discussão é necessário um olhar sobre um marco na história dos coletivos de estudantes negros: o I Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros – ECCUN.

O ECCUN foi um encontro que resultou da mobilização de centenas de estudantes negros pelo Brasil que visam enegrecer a universidade, romper os muros do acesso ao conhecimento especializado e construir uma universidade voltada à realidade dos estudantes negros. A reunião da Comissão Executiva Nacional aconteceu na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), nos dias 08 e 09 de maio de 2016, mas por questões burocráticas o evento acabou acontecendo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre os dias 30 de outubro e 2 de novembro do mesmo ano.

Organizado por e para os estudantes e coletivos de estudantes negros universitários, o evento teve além de decisões e encaminhamento de pautas políticas institucionais, a criação de uma rede de coletivos para fortalecer o diálogo com aqueles que estão isolados em suas respectivas universidades.

Durante o ECCUN, foi possível observar que mesmo tendo a questão racial como ponto comum, os coletivos de estudantes negros são organizados e estruturados também a partir da junção de outras categorias atreladas à raça, tais como gênero, cultura e arte. Essas configurações dão ainda mais sentido ao que Hollanda (2017) salienta em relação às diferentes óticas organizacionais dos coletivos²⁷.

Apesar das especificidades que os coletivos negros possuem, seus surgimentos são decorrentes de uma resposta a um sistema de representação política tradicional que não dava conta de representar as variadas demandas que os diversos grupos pleiteavam na arena política institucional.

Este sistema de representação política é o movimento estudantil²⁸. O movimento estudantil é um tipo de movimento social que segundo Foracchi (1972):

Representam uma situação nova... abrem-se horizontes de participação que são novos pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que compartilham dos seus problemas, envolvendo-se, na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas e que é a condição de jovem. (FORACCHI, 1972, p.74-75)

²⁷ Hollanda (2017) não está se referindo em seu texto aos coletivos de estudantes negros, mas sim aos coletivos artísticos, que são a forma embrionária de configuração dos coletivos existentes com diversos recortes e configurações.

²⁸ O movimento estudantil é um ativismo da área da educação no qual os sujeitos são os próprios estudantes, com o objetivo de causar mudanças políticas, ambientais, econômicas ou sociais

Contudo, há um problema crucial na perspectiva de Foracchi (1972) sobre o movimento estudantil enquanto agência de representatividade do jovem estudante. Esse jovem, objeto de interesse do movimento estudantil, não possui particularidades. A ele é colocada apenas a classificação de “jovem”, mas sem levar em consideração quais as outras identidades que habitam esses atores, ou seja, sem um olhar atento quanto às suas particularidades.

Por este motivo, o movimento estudantil, mediante uma perspectiva universal, não dá conta de representar uma variedade de atores que possuem identidades flutuantes e temporais, além de demandas específicas que cada grupo de estudante possui, possibilitando, assim, a emergência de coletivos de estudantes com variados recortes, que passam a ser agência de representação do grupo, defendem e levantam pautas específicas de seus membros e as levam às arenas políticas não só das universidades, mas também de outros modelos de instituições de ensino superior.

2.1 Discussões Contemporâneas sobre as Questões dos Movimentos Sociais

Nas ciências sociais não há um consenso sobre a noção de movimento social. Existem diversos trabalhos que apontam essa noção em paradigmas díspares. Dentro desta disparidade, me aproximo da definição que Gohn (1997) faz sobre o que são os movimentos sociais, de que forma as ações desses movimentos se estruturam e de que maneira elas são desenvolvidas.

De acordo com Gohn (1997), podemos entender os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil.

Ainda nessa mesma perspectiva, a autora aponta que as ações dos movimentos sociais se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelos grupos na sociedade.

As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados.

Através das explicações de Gohn (1997) sobre a definição do que é um movimento social, da forma como eles se estruturam e de que maneira eles se desenvolvem, me restrinjo a fazer um breve inventário sobre um tipo específico de movimento social: o movimento negro.

O movimento negro pode ser entendido como:

(...) a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (DOMINGUES, 2007, p.102).

Gomes (2012) corrobora o entendimento sobre o movimento negro salientando que a “raça” e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

O movimento negro está presente na história do Brasil desde o advento da República. Segundo Domingues (2007), o movimento negro pode ser dividido em quatro fases: da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937); fase 2: da Segunda República à ditadura militar (1945-1964); fase 3: do início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000); fase 4: a partir dos anos 2000, ainda sob uma fase interpretativa.

Resumidamente, busquei, através dessa breve retrospectiva, sinalizar que em todo período republicano o movimento negro vem empreendendo, dinamicamente, diversas estratégias de luta a favor da população negra (DOMINGUES, 2007, p. 101).

Essas estratégias de lutas foram pensadas, organizadas e colocadas em ação em diversos campos da vida social, tendo destaque no campo educacional. Fazendo um recorte temporal, dou enfoque às ações organizadas pelo movimento negro a partir dos anos 70, com os novos movimentos sociais.

A maioria dos teóricos os compreendem em termos de comportamento coletivo conflitivo que abre espaços sociais e culturais. São entendidos como instituições politizantes da sociedade civil, dessa forma redefinem as fronteiras das políticas institucionais. Comparando o movimento negro com os demais movimentos sociais que surgem nesse mesmo período, Cardoso (2002) destaca a sua singularidade: a construção de outra interpretação histórica para se compreender a realidade da população negra e sua relação com a Diáspora africana. Dentro dessa perspectiva, diversos teóricos negros e não negros

produziram trabalhos sobre as desigualdades que atingem a população negra nos diversos campos da vida social.

Entre os teóricos com trabalhos que apontam discussões contemporâneas sobre as relações raciais no Brasil, temos: Abdias do Nascimento, Antônio Sergio Guimarães, Florestan Fernandes, Lélia Gonzalez, Muniz Sodré, Nilma Lino Gomes, Peter Fry, Petronilha Beatriz Gonçalves, Sueli Carneiro e Yvonne Maggie.²⁹

Desenvolvendo teorias críticas sobre o lugar dos negros na sociedade brasileira e as dificuldades enfrentadas por eles para conseguir a garantia de direitos básicos, não só teóricos como também ativistas se tornaram produtores de saber.

Este saber parte de uma perspectiva decolonial, que tem por finalidade possibilitar à população negra a emancipação completa de todos os tipos de opressão e dominação, tais como: a simbólica, a estrutural, a social, a política, a econômica e, principalmente, a epistemológica.

Por fim, as discussões contemporâneas sobre as questões dos movimentos sociais – sendo escolhido como recorte o movimento negro –, são destinadas àquelas voltadas para a vida social da população negra, haja vista que esse é o grupo mais negligenciado pelo Estado e que ocupa, desde o Brasil colônia, a base da pirâmide social brasileira.

Na próxima seção, apresento as movimentações dos coletivos, com o objetivo de coesão de suas formas de combate aos empecilhos que causam tantas dificuldades na vida acadêmica de jovens negros nas universidades e demais instituições de ensino superior.

2.2. Coletivos de estudantes negros em movimento

Como busquei apresentar na introdução deste capítulo, os coletivos de estudantes negros estão sempre em movimento, buscando soluções, reivindicando pautas, levantando demandas e resistindo aos entraves que dificultam – e em certos casos até impossibilitam – a permanência de jovens negros no ensino superior.

²⁹ Há uma seção no capítulo 3 na qual expliquei com maior detalhe as contribuições dadas por autores que se debruçaram sobre as questões étnico-raciais no Brasil.

Retomando a definição de Hollanda (2017), os coletivos são organizações autogeridas, descentralizadas, flexíveis e que podem ou não possuir característica situacional. Essa é a grande novidade em relação aos movimentos sociais tradicionais³⁰.

Devido a esses atributos, os membros de coletivos podem atuar em mais de um grupo e por esta razão a presença de membros em mais de um coletivo é ocasionada pelo recorte que os coletivos possuem. Alguns aderem a somente um recorte – que no caso dos coletivos negros é o racial –, já outros unem categorias diferentes como raça e gênero, por exemplo.

Dentro dessa gama de intersecções, a livre circulação de membros de coletivos é um fenômeno curioso e comum, haja vista que somos sujeitos de múltiplas identidades e, por esse motivo, é natural que nos reconheçamos em variadas categorias diferentes.

Esta mobilização dos coletivos acontece de forma variada. Assim como os movimentos sociais tradicionais, os coletivos de estudantes negros atuam em diversas frentes, devido à independência que possuem no que diz respeito às suas atuações. No caso de coletivos de estudantes negros nas universidades, encontramos configurações dinâmicas que são temporais e que surgem com finalidade específica.

Uma curiosa forma de organização que os coletivos de estudantes negros vêm adotando para conseguir dar conta de estar em diversos espaços diferentes, facilitando a mobilização entre eles, é a organização de coletivos em forma de “guarda-chuva”³¹. Com o objetivo de atender demandas de alunos de diferentes cursos, e por isso com demandas específicas, essa divisão em sub-coletivos é realizada. Há alguns casos de sucesso desta forma de organização: o Coletivo Negro Luísa Mahin, Coletivo Maria Soldado e do Coletivo Assalto.

Caso dos Coletivos Negro Luísa Mahin, Coletivo Maria Soldado e o Coletivo Assalto.

O Coletivo Negro Luísa Mahin, também conhecido pelos alunos como "CNLM", é uma organização negra, universitária, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, que tem por finalidade pensar, conscientizar e atuar efetivamente nas pautas da causa Negra. O coletivo está localizado no Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS e é composto majoritariamente por alunas do curso de pedagogia, sendo grande parte delas mães,

³⁰ Quando me refiro aos movimentos sociais tradicionais, estou me referindo aos movimentos sociais já conhecidos e com histórico de lutas cristalizado na sociedade como: o movimento sem-terra, o movimento negro, de mulheres e LBGTQ+.

³¹ O adjetivo guarda-chuva é atribuído ao fato de vários coletivos estarem situados em diferentes localidades conectados a um coletivo central, onde as decisões são discutidas e levadas para esses outros coletivos, por intermédio de membros que fazem parte tanto de um, como de outro.

moradoras da zona norte ou baixada fluminense, que frequentam a universidade no período noturno.

Sua fundação data do ano de 2005 e, por esse motivo, foi o primeiro Coletivo de Estudantes Negros da UNIRIO. Devido à diferenciação da forma de organização estudantil nos espaços universitários, o coletivo tem como meta uma efetiva comunicação com os alunos e alunas negras de toda universidade.

Caracterizado por ter uma abertura para todos os alunos negros da instituição, o coletivo serviu como modelo de inspiração para a criação de outros dentro da universidade e por isso é reconhecido pelo *Coletivo Maria Soldado* do curso enfermagem e pelo *Coletivo Assalto*, do curso de teatro, existentes posteriormente à fundação do Luísa Mahin, como um “coletivo guarda-chuvas”, uma vez que ele é identificado como a Frente Representativa dos estudantes negros da UNIRIO.

O Coletivo Luísa Mahin possui diversas atividades não só de militância, mas também de ações pedagógicas na luta contra o racismo. Seus integrantes oferecem oficinas de arte, palestras em eventos acadêmicos da instituição, organizam feiras com a perspectiva de valorização da cultura negra e, no âmbito da universidade, combatem diariamente a colonização dos currículos dos cursos de graduação, a negligência da instituição com os alunos negros e pobres e a evasão do alunado negro da instituição.

O Coletivo Maria Soldado é recente, localizado na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, que compõe a unidade do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, foi criado pelos alunos do curso de enfermagem com o objetivo de aquilombar jovens estudantes negros que ingressam no curso de enfermagem sem possuírem referências sobre o corpo e história de homens e mulheres negras na enfermagem.

Denunciado como um curso conservador, a enfermagem não oferece a seus estudantes nenhuma referência a personalidades mortas ou vivas na ciência da enfermagem, e nem na área da saúde de um modo geral, que estudantes negros possam ter como referência. Para além deste problema, existem outros, tais como: a falta de uma discussão sobre temas de pesquisas voltados às relações raciais no campo da saúde, disciplinas oferecidas sobre saúde da população negra e a falta de professores negros no corpo docente do curso.

O Coletivo Negro Assalto, situado na Escola de Teatro do Centro de Letras e Artes (CLA), por outro lado, possui uma característica um pouco distinta. Por estar dentro de uma unidade acadêmica, formado majoritariamente por alunos dos cursos de Teatro e Estética e Teoria do Teatro, a forma como eles denunciam e realizam ações é diferente.

Para realizar denúncias, acusações e reivindicar demandas específicas aos alunos dos cursos lotados no Centro de Letras e Artes, os membros do coletivo utilizam variadas formas de arte, como por exemplo grafite, rodas de rap, hip-hop, pintura, pichações, filmagens e representações de esquetes.

De forma a atender às diversas demandas que os alunos negros possuem em seus cursos de graduação, o Coletivo Negro Luísa Mahin é reconhecido pelos demais coletivos de estudantes negros da UNIRIO como o guarda-chuva, ou seja, como a frente representativa dos estudantes negros da universidade, para que a pluralidade de demandas existentes e a atuação frente à variedade de problemas enfrentados pelo alunos negros sejam sanadas de forma igualitária, sem o privilégio de um curso ou demanda.

O caso do Coletivo Negro Luísa Mahin lança um olhar sobre as formas de organização que os coletivos de estudantes negros desenvolvem. Para além disso, é necessário que prestemos atenção também em suas estruturas para fins de uma melhor compreensão sobre como são desenvolvidas as formas de militância dos coletivos em prol de uma melhor vivência dos alunos negros na universidade.

Por esta razão, na seção desenvolvida a seguir, descrevo como se dão as formas dos coletivos a fim de atender às demandas dos alunos negros nas instituições de ensino superior, em especial nas universidades.

2.3. A Organização e Estrutura dos Coletivos de Estudantes Negros

Os coletivos de estudantes negros são organizações de expressão política coletiva, que agem a partir de um viés racializado e da fragmentação com o movimento estudantil e possuem diferentes formas de organização e estrutura. Entendido como uma nova forma de expressão política dos estudantes negros, cada coletivo possui autonomia para se organizar e se estruturar.

Mediante a essa constatação, verificamos variadas formas de organização e de estrutura com as quais os coletivos se configuram. Essa variedade está relacionada a fatores tais como: a escolha de recortes que o cada coletivo possui, as demandas que surgem no cotidiano dos coletivos, a estrutura da universidade onde os coletivos estão localizados e as propostas de ações que os coletivos elegem.

A escolha de recortes que os coletivos possuem são pautadas em decisões tomadas por todos os membros – assim como acontece com qualquer outra decisão – e tem por

finalidade eleger um fio condutor para as ações que serão tomadas. Esses recortes são interseccionais e expressam um alinhamento da questão racial com outras questões.

No que tange a organização e estrutura resultante de demandas cotidianas, os coletivos de estudantes negros podem criar ou se dividir em outros coletivos – interligados ao primeiro – para enfrentar situações que ocorrem de maneira temporal ou não, tendo em vista que a composição dos membros é heterogênea e por isso possui demandas específicas mesmo sendo tratada em conjunto.³² Mas ainda que tenham diferentes formas e demandas específicas, os coletivos selecionam as pautas prioritárias, a partir da conjuntura política que é mantida em permanente análise.

Em relação à estrutura das universidades em que os coletivos estão localizados, há casos de isolamento de coletivos de estudantes negros tanto por questões geográficas quanto estruturais dos campi. Esses casos de isolamento por questões geográficas dificultam as ações dos coletivos no que diz respeito ao contato com os demais para uma organização coordenada e a falta de estrutura dos campi atrapalha os coletivos na busca por um lugar adequado para as realizações de reuniões cotidianas, sejam elas abertas ou fechadas.

Os coletivos de estudantes negros, deliberam suas ações através de reuniões em lugar específico ou não. Há coletivos como o Coletivo Denegrir da UERJ, que possui uma sala reservada só para eles. Dessa maneira, as reuniões tanto para deliberações de ações de luta quanto para o grupo de estudo acontecem de forma frequente. Porém, há casos de encontros que são abertos, exclusivamente aos alunos negros e há reuniões que acontecem a portas fechadas, a fim de conceder maior privacidade aos membros do coletivo.

Em contrapartida, na UFF existe o Coletivo de Estudantes Negrxs³³ Iolanda de Oliveira que apesar de possuir uma boa organização, tendo braços em todos os campi da universidade, não possui um espaço reservado para si como o Coletivo Denegrir na UERJ. Esta falta de um espaço físico próprio para a realização dos encontros do coletivo atrapalha seu desenvolvimento, mas não impede que as reuniões sejam feitas em lugares abertos da universidade.

Já as propostas de ações que os coletivos elegem são feitas com objetivo de valorização da identidade negra no espaço acadêmico, luta pelo acesso e permanência de jovens negros na universidade e o combate ao racismo. De acordo com essas bases estruturais

³² Neste parágrafo, me refiro a casos semelhantes aos do Coletivo Negro Luísa Mahim, que se organiza de modo guarda-chuva, a fim de abrigar outros coletivos negros, com demandas específicas por curso, por exemplo.

³³ A palavra Negrxs, com “X”, significa que o coletivo não faz um recorte de gênero específico, ou seja, não exclui nenhum estudante por sua identidade de gênero.

de funcionalidade que os coletivos carregam, seus membros propõem ações que estejam mais próximo às suas habilidades e que também estejam voltadas aos recortes que os coletivos fazem³⁴.

Reitero, ao final desta seção, que a organização e a estrutura dos coletivos de estudantes negros não possuem nenhum padrão de funcionamento e de operacionalidade. Livres para escolherem o seu *modus operandi*, os coletivos se organizam e se estruturam da maneira que lhes é mais potente, confortável e que facilite sua presença nas lutas pelos direitos de alunos negros para que tenham uma trajetória acadêmica mais leve e plena de oportunidades.

Na seção a seguir, exemplifico, a partir da perspectiva da organização, da estrutura e da funcionalidade, o caso de dois coletivos negros que realizam suas atividades, estão muito presentes nas agendas políticas de suas respectivas universidades, mas que emergiram e atuam de maneira bem distinta um do outro.

2.4. O Coletivo de Estudantes Negrxs Iolanda de Oliveira (UFF) e o Coletivo Denegrir (UERJ)

Durante a pesquisa, após análises e entrevistas com membros de alguns coletivos de universidades do Estado do Rio de Janeiro, me deparei com a trajetória de dois coletivos distintos: o Coletivo de Estudantes Negrxs Iolanda de Oliveira, da UFF e o Coletivo Denegrir (UERJ).

Ambos, tanto Iolanda de Oliveira quanto o Denegrir, possuem singularidades frente a suas ações e formas de militância. Apesar de terem o viés racial como centralidade, suas diferenciações se dão nos seguintes aspectos: (a) na trajetória de atuação frente à implantação e implementação das políticas da diversidade em suas respectivas universidades; (b) nas formas que possuem para atuar em prol da juventude negra no espaço universitário e (c) a maneira com que eles se articulam e são organizados para a militância e atividades que realizam.

O CENUFF, sigla do Coletivo Negrx Iolanda de Oliveira, surgiu na UFF no ano de 2012³⁵ com a chegada de uma aluna negra que sentiu necessidade de estar cercada por outros

³⁴ Neste parágrafo, estou me referindo, por exemplo, a coletivos que fazem recortes específicos, como o Coletivo Maria Soldado (Unirio), que desenvolve ações voltadas para o campo da enfermagem, o Coletivo Assalto (Unirio), que privilegia suas ações através do teatro e o Coletivo Negra (PUC-Rio), que utiliza muito as áreas do campo da comunicação social para disseminar suas atividades dentro e fora da universidade.

alunos negros. Orientada desde jovem pela sua mãe, militante do movimento negro, Nalui³⁶ (idealizadora e uma das fundadoras do coletivo) já havia tido experiência de participação em outro coletivo de estudantes negros.

Ao chegar na UFF, no mesmo ano, como caloura no curso de Estudos de Mídias, Nalui se deparou com uma instituição branca, elitista e racista. Seguindo os conhecimentos prévios que tinha adquirido no coletivo do qual fez parte, a jovem tratou logo de procurar outros alunos negros, com a finalidade de organizar um grupo, o que resultou posteriormente na criação do Coletivo Negrx Iolanda de Oliveira.

O objetivo da criação dele foi de reunir estudantes negros que tivessem ingressado recentemente na UFF e que desejassem se juntar a fim de combaterem todas as formas de opressão que o ambiente acadêmico possui. Entre elas, o racismo, machismo e a falta de oportunidade e de recursos para que os estudantes negros consigam trilhar uma trajetória com menos dificuldade do que os jovens brancos.

Após a fundação do coletivo, discussões sobre questões étnico-raciais passaram a surgir em diversos espaços da universidade, com a entrada cada vez maior de alunos negros nos cursos de graduação da UFF. Mantendo uma postura resistente à adoção de políticas de ações afirmativas, a relação entre a universidade e o Coletivo Negrx Iolanda de Oliveira é caracterizada por uma relação conflituosa, mas negociável à medida que a adoção das políticas racializadas são obrigatórias, apesar da resistência ao cumprimento da lei por parte da universidade ainda ser grande.

A forma de atuação do coletivo é bem organizada. Como os integrantes são de variados cursos da UFF, eles conseguem de maneira eficiente circular entre os *campi* e assim obtêm o conhecimento de causas e situações de racismo, preconceito e discriminação que acontecem nos diversos espaços da universidade, além de conseguirem cumprir com agenda de luta do coletivo sem deixar de representar, de fato, seus membros e tantos outros alunos negros que estão espalhados em localidades diferentes dentro da universidade.

Em relação às suas atuações em prol da presença e permanência de alunos negros na instituição, sendo a UFF uma das últimas a aderir ao sistema de cotas raciais no acesso aos seus cursos de graduação, o coletivo adota uma postura de ser um local onde estes alunos recebem afeto, orientação sobre os trâmites universitários e até mesmo ajuda de variadas formas.

³⁵ Ano do julgamento no Superior Tribunal Federal pela constitucionalidade das ações afirmativas.

³⁶ A opção de identificação através do nome social para aparecer na pesquisa foi uma escolha feita para a preservação da identidade da entrevistada.

O modo como o coletivo se articula é um ponto interessante. Prezando por uma eficiência na comunicação, possui estratégias de mobilização eficazes, tais como o conhecimento de todo o funcionamento da universidade com a finalidade de acessá-lo ou criticá-lo frente às ações adotadas pela instituição que firam a garantia de acesso, permanência e conclusão dos alunos negros na instituição.

O Coletivo Denegrir da UERJ, é o mais antigo da universidade, sendo contemporâneo à implantação e implementação de cotas nos cursos de graduação, nos anos de 2002-2003. Sua formação se deu a partir da união de jovens estudantes negros que já eram alunos da UERJ e se mobilizaram em prol da garantia do acesso e permanência de outros jovens negros ao ambiente universitário.

O objetivo da criação do coletivo está pautado na luta pela emancipação econômica, física, mental e espiritual do povo negro, entendendo que o racismo, fenômeno que atua em todas as esferas da vida social, impossibilita estudantes negros de poderem adentrar à universidade e alcançar, para além da titulação de ensino superior, suas independências como sujeitos.

Conhecidos por terem posicionamentos firmes, e vistos muitas vezes como radicais, o Denegrir é um coletivo tradicional e por isso ganha um *status* de popularidade entre os universitários tanto de fora como de dentro da UERJ. Essa popularidade se deve graças a sua trajetória de atuação vitoriosa na luta pelas ações afirmativas e, principalmente, pelas cotas raciais nos exames de vestibular da UERJ.

Suas formas de atuação são bem estruturadas, eles desenvolvem diversas atividades com a finalidade de disseminar uma consciência coletiva a partir do princípio da afrocentricidade entre seus membros. Seus integrantes promovem diferentes tipos de eventos acadêmicos, como, por exemplo, grupos de estudos, debates, conferências e cursos, além de ações diretas contra o racismo, preconceito e discriminação dentro das dependências da universidade.

De maneira coordenada, o Coletivo Denegrir também possui um conhecimento de todo o funcionamento da UERJ, o que facilita a articulação para o combate às decisões e políticas institucionais que prejudiquem o alunado negro, desde assuntos individuais até questões mais coletivas.

Um diferencial entre os coletivos Iolanda de Oliveira e o Denegrir recai sobre o campo do gênero. Enquanto um explicitamente não faz recorte de gênero específico, aceitando todas as identidades, o outro, publicamente, também não faz esse tipo de recorte, mas alguns dos motivos que impulsionaram sua popularidade negativa foram os diversos casos de machismo

e homofobia dentro do coletivo, ocasionando a saída de muitas mulheres negras³⁷ e a não entrada de pessoas LGBTQ³⁸.

Apesar das diferentes formas de emergência, de trajetórias, de estratégias de luta e de articulação e organização dos coletivos Iolanda de Oliveira da UFF e Denegrir da UERJ em suas universidades, eles vêm proporcionando um excelente desempenho na função estratégica na luta antirracista pela valorização da cultura negra no espaço universitário e pelo acesso, permanência e conclusão dos alunos negros nos cursos de graduação, mestrado e doutorado nestas universidades.

O capítulo a seguir foi todo dedicado ao aprofundamento das questões centrais que tangem aos coletivos de estudantes negros. Nele descrevo os resultados encontrados na investigação realizada a partir de encontros, entrevistas semiestruturadas e pesquisa em suas redes sociais.

³⁷ Esta classificação abarca as diversas formas de ser mulher em nossa sociedade, porém enviesado pelo recorte racial.

³⁸ O assunto recorrente nas entrevistas realizadas com jovens negros universitários que tinham conhecimento, ou que já tinham participado do coletivo em questão.

3 “PINTANDO A UNIVERSIDADE DE PRETO”: A AGENDA DE LUTA DOS COLETIVOS DE ESTUDANTES NEGROS

A forma dos coletivos é rizomática e nômade, o que marca a sua diferença.

Heloisa Buarque de Hollanda (2017).

“Pintando a universidade de preto” é uma das bandeiras que os coletivos de estudantes negros levantam e a citação no título desse capítulo descreve bem seu objetivo geral. Para além de uma questão étnica, os coletivos atuam fortemente através do viés político para a criação de iniciativas e manutenção de políticas públicas institucionais que beneficiem os jovens negros nas suas trajetórias acadêmicas dentro das universidades.

No campo político, os coletivos adotam uma postura diferenciada do movimento estudantil – que por muito tempo foi visto como a única entidade política representativa dos estudantes no Brasil – ao invés de se organizarem como entidade hierarquizada de poder, ou seja, com um líder ou pequeno grupo de líderes específicos, os coletivos de estudantes negros se organizam de forma horizontalizada, não tendo uma liderança específica, mas tomando as decisões de forma coletiva.

Partindo de uma racialização do movimento estudantil, os coletivos de estudantes negros aparecem no cenário político para suprir uma falta de representatividade política destes jovens nas universidades brasileiras. Esse surgimento tem como origem a não inclusão das pautas levantadas pelos estudantes nos programas políticos dos Diretórios Centrais dos Estudantes³⁹. A partir disso, os coletivos assumem o papel de representantes dos alunos negros, criando políticas, pautando demandas e denunciando a ausência de assistência institucional nas universidades.

As relações que ocorrem entre as universidades e os coletivos de estudantes negros são complexas e conflituosas. São caracterizadas como complexas porque os coletivos, em muitas universidades, ainda não são entendidos como entidades de representação legítima dos estudantes negros. São conflituosas porque devido o não reconhecimento legítimo de representação de estudantes negros, os coletivos enfrentam diversas barreiras para reivindicarem políticas que garantem ao estudante negro condições de seguir a trajetória acadêmica em pé de igualdade com os alunos não negros.

³⁹ É uma entidade estudantil que representa todos os estudantes (corpo discente) de uma instituição de ensino superior, sejam elas universidades, faculdades ou centros universitários. Tem o papel de organizar suas pautas políticas.

Como forma de facilitar e combater as barreiras institucionais impostas, os coletivos criaram uma agenda de luta. Essa agenda foi pensada com o objetivo de melhorar a organização, difundir as estratégias e afinar os métodos adotados entre eles para uma maior efetividade de suas ações.

Essa agenda é organizada sobre pautas comuns presentes em todos os coletivos de estudantes negros pelo Brasil. Através de um trabalho de pesquisa e de entrevistas realizadas com alguns membros, foi verificado que não importa o lugar onde estejam, demandas como: o auxílio-moradia, aumento do número de bolsas de pesquisa, auxílio-transporte e bandeirão são comuns em todos os coletivos, de acordo com a rede de comunicação que eles possuem.

3.1 A Rede de Coletivos: estratégias de comunicação e circulação de informações.

As tecnologias de informação e de comunicação (TICs)⁴⁰ desencadearam mudanças significativas nas sociedades contemporâneas. Elas modificaram a forma como as pessoas se entretêm, como buscam informações, se comunicam e se socializam. Tendo como primazia a velocidade de comunicação para difusão de informações, as mídias digitais remodelaram as práticas de comunicação e, com isso, de interação social de jovens usuários da rede (Belloni, 2007).

Com a variedade de mídias digitais disponíveis no mercado, tais como: Facebook, Instagram, Sites, Blogs e Youtube, que possuem ferramentas de facilitação para uma comunicação instantânea e com alcance local e global os coletivos de estudantes negros se mantêm conectados e atualizados.

Diferentemente do que era sabido por nós, eles não atuam de forma isolada, mas possuem uma rede de comunicação muito efetiva, que os conecta e os fazem estar sempre sabendo o que está acontecendo nos diferentes *campi*, universidades e estados.

A comunicação acontece majoritariamente através da rede social. É pelo campo virtual que os coletivos de estudantes negros atualizam as informações sobre os acontecimentos recentes ocorridos em suas universidades ou até mesmo dentro do próprio grupo.

A proposta de aproximação entre os coletivos para facilitação da construção de uma rede de comunicação efetiva é baseada em dois critérios fundamentais: (1) ter a questão racial como centralidade e (2) não ter filiação com nenhum partido político, entendendo que esses

⁴⁰ Entendo como Tecnologias da Informação e de Comunicação (TICS), as mídias auditivas e audiovisuais, que foram criadas com objetivo de encurtar distâncias e com isso agilizar a comunicação e a distribuição de informações a nível global.

critérios fazem com que as demandas dos estudantes não fiquem em segundo plano nas agendas.

Essa não é a única forma que os coletivos têm de se manter conectados entre si. Como as universidades públicas possuem diversos institutos, faculdades, cursos e um número enorme de alunos divididos nesses espaços, uma estratégia usada pelo Coletivo de Estudantes Negros Luísa Mahín, por exemplo, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o Coletivo de Estudantes Negrxs Iolanda de Oliveira, na Universidade Federal Fluminense (UFF), é de construção de núcleos nesses espaços da universidade para que haja um contato entre as pautadas comuns dos alunos negros e as pautas específicas desses mesmos alunos em seus respectivos cursos.

Uma outra maneira muito comum de manutenção do contato é com a realização de atividades em suas respectivas universidades, como, por exemplo, rodas de conversas, cine-debates, organização de seminários, mesas-redondas, grupos de estudos e outros tipos de eventos.

Essas atividades são publicadas nos próprios perfis dos coletivos nas redes sociais com objetivo de angariar mais pessoas para o grupo, expor as atividades para além dos muros das universidades e também se posicionar politicamente sobre os fenômenos que estão acontecendo na ordem do dia.

A militância virtual também impulsiona essa rede. Como todos os coletivos possuem realidades semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes entre si, se utilizar das redes sociais para militar e, assim, alcançar maior visibilidade às causas defendidas é uma estratégia que vem dando certo ao longo do tempo.

3.2 Ativismo Digital e/ ou Ciberativismo: táticas políticas e de circulação de informações.

As práticas comunicacionais na atualidade estão dotadas de uma velocidade e um alcance às pessoas cada vez maior. Este fenômeno acontece devido às demandas ocasionadas pela globalização. Nesse quesito, a circulação de informações em tempo real é uma característica que vem sendo aprimorada cada vez mais na era digital.

Com o avanço das formas de comunicar, a interação entre as pessoas passa a ser uma condição primordial para que as sociedades se integrem, mesmo que ainda não haja uma inclusão digital global. Segundo Castells (2013), as sociedades estão organizadas em torno de redes comunicacionais que modificam substancialmente a morfologia do nosso meio. Essas

redes são estruturas flexíveis que têm capacidade de expansão ilimitada e de tempo quase infinito.

Com a efetividade desse modelo de sociedade, podemos diagnosticar o surgimento de uma cultura em rede, conhecida como cibercultura⁴¹. De acordo com o estudioso André Lemos (1997), podemos chamar a cultura contemporânea, marcada pelas redes telemáticas, pela troca *online* e pela navegação em rede global que busca agregar e cambiar informação e material simbólico, de cibercultura.

A construção de processos coletivos nos espaços midiáticos se dá por meio do compartilhamento de informações, pois é assim que as pessoas produzem informações nestes diversos espaços, por meio da cooperação, para a produção e recebimento de informações multidirecionais. Mediante esse processo de geração, transmissão e recebimento de informações *online*, é que podemos afirmar que a cibercultura intensifica o conhecimento compartilhado, favorecendo o surgimento de práticas comunicacionais cada vez mais específicas, graças às novas tecnologias que modificam as relações sociais e fomentam as trocas mútuas.

Com o avanço da tecnologia, as formas de sociabilidade vêm sendo alteradas de maneira veloz. A difusão de variadas plataformas digitais junto ao surgimento de novas tecnologias da informação fez com que a sociedade contemporânea, desde o final do século XX até os dias de hoje, se caracterizasse como uma sociedade conectada através das redes sociais.

É nessa arena virtual que cada vez mais as discussões são feitas, as disputas travadas e informações disseminadas. De acordo com a teórica Sônia Aguiar (p.15, 2008) a definição de redes sociais é:

São métodos de interação que sempre visam algum tipo de mudança concreta na vida das pessoas e/ou organizações envolvidas, seja na busca de soluções para problemas comuns, na atuação em defesa de outros em situações desfavoráveis, ou na colaboração em algum propósito coletivo. As interações de indivíduos em suas relações cotidianas – familiares, comunitárias, em círculos de amizades, trabalho, estudo, militância etc. – caracterizam as redes sociais informais, que surgem sob as demandas das subjetividades, das necessidades e das intensidades.

Concordando com a autora, as redes servem para inúmeros fins, já que as demandas surgidas das subjetividades, das necessidades e das intensidades são múltiplas e particulares.

⁴¹ Seu surgimento é datado da década de 1970, com a invenção da microinformática, com o aparecimento de computadores pessoais (PC's) e com a convergência tecnológica. Contudo, sua consolidação acontece entre as décadas de 1980 e 1990, quando a popularização da internet e a substituição de computadores pessoais por computadores coletivos integraram mais as pessoas, facilitando a circulação de informações.

Cabe aos indivíduos e /ou às coletividades utilizarem as redes sociais com inteligência, segurança, cuidado e responsabilidade para que possam atuar como agentes de mudanças.

A utilização das redes sociais e de outras mídias digitais pelos coletivos de estudantes negros é um fenômeno cada vez mais comum entre eles. Com finalidades de divulgação de suas atividades, de ciberativismo e exposição de projetos e políticas para a o bem-estar da alunado negro no ensino superior brasileiro, os perfis dos coletivos nas redes sociais servem também para fomentar um diálogo direto com a sociedade civil em geral, mas em especial com a juventude negra, sobre o debate racial nas universidades brasileiras.

Para um alcance maior de suas propostas e de seus projetos, os coletivos utilizam táticas políticas para que suas pautas sejam difundidas no ciberespaço. Através de ações como a militância virtual, o acompanhamento de notícias e o combate às desigualdades de oportunidades da população negra aos bem básicos é que os membros começam a escrever e publicar pesquisas relacionadas às condições de jovens negros nas universidades, fomentando grupos de debate sobre questões que aparecem no campo da negritude.

Essas táticas políticas de organização vêm ganhando mais espaço e até centralidade nos debates que estão na ordem do dia como ferramenta de luta contra a negação do racismo, da estrutura discriminatória da sociedade e a utilização da meritocracia. É importante salientar que através de táticas políticas que os coletivos de estudantes negros criam resistências.

3.3 Agenda dos Coletivos: agenda, permanência dos alunos negros e saberes.

Para que as resistências diante do racismo institucional e da discriminação racial sejam cada vez mais elaboradas e organizadas, é necessário que os coletivos de estudantes negros criem uma agenda. Essa agenda é elaborada por todos os membros, mediante a um conjunto de propostas de atividades que se desenvolvem em suas instituições para que a promoção de uma trajetória menos complicada e com mais oportunidades seja uma realidade na vida dos jovens estudantes negros que ascendem ao ensino superior.

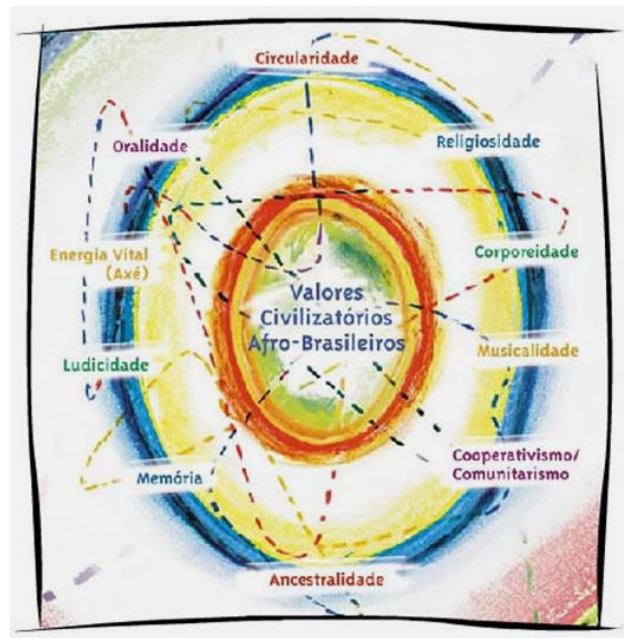
Sempre tiradas em reuniões colegiadas, as propostas que são apresentadas possuem um fio condutor: a questão da desigualdade racial nas universidades. É baseado nesse aspecto que eles lutam, militam, se organizam, se estruturam e combatem políticas contrárias ao acesso e à permanência de alunos negros dentro das universidades.

Pensando em como facilitar a trajetória desses alunos na universidade, uma ação que é comumente adotada é a Calourada Preta. Este evento é caracterizado pela recepção feita pelos alunos pretos mais antigos para os alunos pretos que estão chegando. Diferente da calourada tradicional, a Calourada Preta conta com uma agenda de atividades que geralmente tem a extensão de uma semana e possui uma proposta pedagógica, histórica e sociológica.

A proposta pedagógica é caracterizada pelos ensinamentos que são passados aos alunos que estão chegando sobre as questões que perpassam a construção da identidade negra. Essa identidade é remetida a uma ancestralidade, valores e crenças que se imaginam que vieram de África. Em uma tentativa de resgatar dessas memórias as vivências e experiências ancestrais, os coletivos adotam como critério a afrocentricidade.

A partir de leituras e pesquisas, os membros se aprofundam nas questões relacionadas à cultura africana e afro-brasileira. Tendo como base os valores civilizatórios, eles incorporam estes valores às suas vivências tanto na coletividade como em suas vidas privadas.

Figura 2: Representação dos valores civilizatórios afro-brasileiros incorporados pelos membros de coletivos de estudantes negros.



Fonte: Projeto “A Cor da Cultura”, 2004.⁴²

⁴² A imagem ilustrada acima pode ser encontrada no site do projeto A Cor da Cultura, onde lá é explicado detalhadamente todos os valores descritos na imagem. O endereço eletrônico é <http://www.acordacultura.org.br/projeto>.

Seu princípio básico é cunhado na ideia de lugar. A afrocentricidade é uma matriz teórica que se desenvolveu no meio intelectual afro-americano dos Estados Unidos, a partir dos trabalhos de Molefi K. Asante (1978, 1989, 1990 e 1998). A teoria da afrocentricidade (1980, 1988) despertou para as comunidades e populações envolvidas no movimento multiculturalista uma nova dimensão da questão da identidade (NASCIMENTO, 2009, p 190). Trata-se da teoria do centro, que exige a necessidade de especificar a *localização do sujeito* para desenvolver uma postura teórica ao grupo social, fundamentada em sua experiência histórica e cultural.

Se colocando no lugar central, segundo a teoria, o grupo se define como sujeito de uma identidade própria ao invés de ser definido pelo outro com base em postulados brevemente universais, caracterizados por um posicionamento específico, alheio e dominante. A partir desse posicionamento, Asante (1998) afirma: “Ofereço a afrocentricidade como uma localização moral e intelectual que postula os africanos como sujeitos, e não objetos, da história humana”.

E através dessa perspectiva de que os africanos são sujeitos da sua história e de que os membros dos coletivos de estudantes negros se identificam como afrodescendentes é que a questão da afrocentricidade se torna muito forte dentro dos coletivos. Isso acontece porque há um valor comunitário disseminado entre os membros dos coletivos de que somos “nós, por nós” e de que para isso é necessário que o resgate da ancestralidade africana, seja incorporado profundamente no pensado, nas atitudes e nas posturas dos membros dos coletivos de estudantes negros para que essa afrocentricidade reverbere para a sociedade.

A proposta histórica é marcada pela busca de uma identidade negra que se imagina ter existido na África. Os membros tentam remontar costumes africanos, práticas sociais, as formas de religiosidades, o idioma, vestimenta, a própria cultura e valores.

Figura 3: Cartaz da 1ª Calourada Preta da Universidade Federal Fluminense após a adoção das políticas afirmativas racializadas.



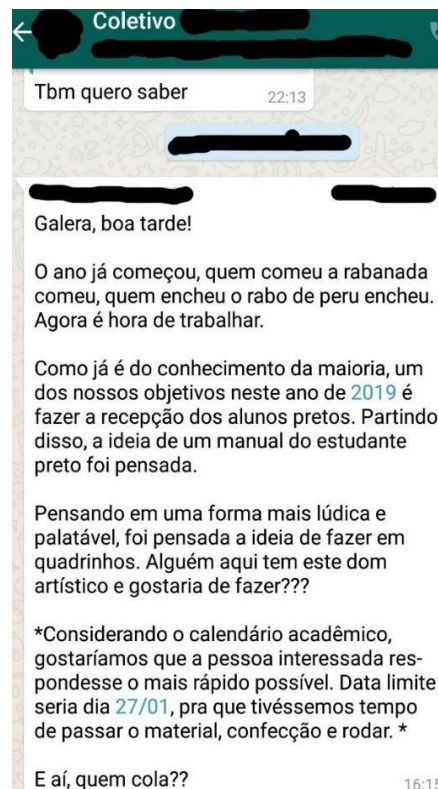
Fonte: Calourada Preta UFF Niterói, 2016, capa. ⁴³

Já a proposta sociológica tem como medida transformar o coletivo em um local onde a forma de socialização tenha um espaço central dentro da proposta de construção do coletivo. Para além de um espaço político que tem como objetivo levantar pautas e lutar por demandas dos alunos negros dentro das universidades, os coletivos também são locais de troca de afeto e cuidado entre seus membros.

Ainda pensando na dificuldade que é a trajetória acadêmica para os jovens negros, os coletivos, nos últimos anos especialmente, vêm promovendo em suas respectivas universidades o *anual do estudante preto*. Partindo do pressuposto que a trajetória dos jovens negros é tortuosa e complicada no ensino superior e, em especial, nos cursos de graduação onde a presença de jovens negros é maior dentro desse nível de ensino em relação aos mestrados e doutorados, que os coletivos de estudantes negros utilizam essa iniciativa.

⁴³ Essa imagem foi retirada da página do Facebook do evento da I Calourada Preta realizada na Universidade Federal Fluminense, em 2016.

Figura 4: Conversa do Grupo de um Coletivo no WhatsApp.



Fonte: Print retirado de uma conversa no WhatsApp, 2019.

O manual do estudante preto é um livreto escrito pelos membros dos coletivos, que contém informações básicas e dicas de como enfrentar a vida universitária. Neles os alunos contam com informações gerais sobre os cursos de graduação, os *campi*, os institutos das universidades, os departamentos e também sobre as instâncias universitárias.

Acontecem também, nesse processo de iniciação dos novos estudantes negros nas universidades, orientações por parte dos membros dos coletivos de estudantes negros sobre as formas de como conseguir bolsas universitárias⁴⁴ para fins de manutenção dos custos da vida acadêmica. No entender dos coletivos, essas bolsas são cruciais para que os alunos negros consigam se manter na universidade com certa tranquilidade.

Remetendo à agenda que os coletivos de estudantes negros possuem, um ponto-chave nas agendas é sobre a questão dos saberes, ou seja, a questão do currículo dos cursos.

⁴⁴ Quando cito as bolsas universitárias, me refiro tanto às bolsas como aos auxílios que as universidades disponibilizam para os alunos. Entre essas medidas, destacamos: bandeirão, auxílio-moradia, auxílio-transporte, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e as bolsas de Iniciação Científica (IC).

Recentemente tem se discutido fortemente a questão da colonização dos saberes que nos são transmitidos e de como é necessário nos descolonizarmos.

A iniciativa de demandar um currículo baseado em uma educação antirracista, a partir de um pensamento decolonial, é pensada a partir da certeza de que os currículos dos cursos no ensino superior brasileiro, assim como em todos os outros níveis de ensino, estão pautados em uma perspectiva eurocêntrica.

A educação antirracista refere-se a uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com objetivo de promover a igualdade racial e eliminar formas de discriminação e opressão tanto individual como institucional. Essas reformas envolvem tanto o currículo formal como o oculto (Troyna e Selman, 1991).

O pensamento decolonial surge para questionar a manutenção das condições de uma epistemologia colonizada, buscando a emancipação completa de todos os tipos de opressão e dominação. Seu objetivo é a construção de um campo inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados deixados pela situação colonial.

A perspectiva decolonial é uma medida extremamente importante no combate ao racismo, por exemplo, porque ajuda a desmistificar no imaginário social que o berço do conhecimento e do cientificismo é a Europa e de que todas as produções, tanto acadêmicas quanto de outras naturezas vindas dos mais variados lugares do mundo, não possuem o mesmo valor.

No campo dos Estudos Culturais Latino-Americanos, Walsh⁴⁵ formula o termo *pedagogias decoloniales* “[...] como metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência e que são práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver com” (WALSH, p.19, 2013).

Em uma tentativa de resistência aos saberes hegemônicos, os coletivos de estudantes negros estão propondo a presença de teóricos negros (nacionais e estrangeiros), literaturas antirracistas nos currículos e o fortalecimento das relações sul-sul, antitaxistas, antissexistas e democráticas que privilegia a voz dos oprimidos (indígenas, negros, mulheres, feministas, pobres, teóricos LGBTQ e etc).

⁴⁵ Catherine Walsh é professora e diretora do Doutorado em Estudos Culturais Latino-Americanos da Universidade Andina Simón Bolívar do Equador (Quito). Seu trabalho como pesquisadora e militante está focado atualmente no projeto político, epistêmico e ético da interculturalidade crítica, da decolonialidade e de temas interrelacionados como raça, gênero, conhecimento e natureza e pedagogias sociopolíticas.

Uma medida que vem sendo adotada para o fortalecimento dessas relações sul-sul com o objetivo de se apropriar de novas epistemologias e novos saberes é a importação de documentários, séries, filmes e músicas produzidos por artistas negros e negras a fim de se desprender da tradicional e colonial relação norte-sul fomentada pelo fenômeno da globalização.

Através de entrevistas com alguns membros de coletivos de estudantes negros, foi possível captar alguns nomes de autores e autoras negros que estão sendo lidos por eles, tanto de forma institucionalizada (currículo dos cursos de graduação e pós-graduação), como em grupos de estudos que acontecem nos coletivos, formados para discutir e trazer leituras que estão chegando da África e também da diáspora africana.

A relação dos autores dedicados aos estudos das relações raciais no Brasil pesquisados nas páginas da Rede Social – Facebook – pelos Coletivos de Estudantes Negros classificados pela temática (2018/19), são: Abdias do Nascimento, Alzira Rufino, Antônio Sérgio Guimarães, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Cruz e Souza, Djamilia Ribeiro, Dona Ivone Lara, Edison Carneiro, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, João Cândido, Joel Rufino, Jovelina Pérola Negra, Lélia Gonzalez, Luísa Mahim, Milton Santos, Muniz Sodré, Nilma Lino Gomes, Renato Nogueira Junior, Ruth de Souza, Sueli Carneiro, Tia Ciata, Virgínia Bicudo e Yvonne Maggie.

Nesse mesmo sentido, também foram pesquisada nas páginas dos coletivos na rede social – Facebook – a relação de autores africanos e afrodiáspóricos que são importantes para se ter uma compreensão das relações raciais no Brasil, tais como: Achile Mbembe, Aimé Césaire, Amadou Hampote Ba, Amílcar Cabral, Aminata Traoré, Angela Davis, Bell Hooks, Carlos Moore, Catherine Walsh, Cheikh Anta Diop, Chimamanda Ngozi Adiche, Christiane Taubira, Frantz Fanon, Homi K. Bhabha, Léopold Senghor, Malcolm X, Mariama Bâ, Marimba Ani (Dona Richards), Martin Luther King, Molefi Kete Asante, Patricia Hills Collins, Paul Giroty, Sojourner Truth (Isabella Baumfree), Steve Biko, Stuart Hall e W.E.B Du Bois.

Esses autores são utilizados pelos coletivos de estudantes negros solicitando aos professores a inclusão de suas obras nas bibliografias das disciplinas, tanto de forma institucionalizada – pleiteando a inclusão deles nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação –, como de forma autônoma na inclusão dessas obras em grupos de estudos realizados pelos coletivos.

O objetivo da inclusão da bibliografia destes autores nos currículos e nas leituras realizadas nos grupos de estudos é entendido por eles como uma ferramenta de divulgação de

estudos da participação dos africanos e seus descendentes em episódios da história do Brasil na construção econômica, social e cultural da nação não só aqui como em outros países da diáspora negra.

A agenda dos coletivos de estudantes negros, entre muitas demandas e objetivos, tem um que se destaca: a valorização da negritude ⁴⁶. Pensando através dessa perspectiva, os membros dos coletivos de estudantes negros se apropriam desta corrente literária com a finalidade de explorar as possibilidades novas que surgem de enxergar o mundo através de um olhar decolonial.

Entendido como um movimento de exaltação dos valores culturais dos povos negros, a negritude é considerada a base ideológica que vai impulsionar o movimento independentista na África, movimento esse que vai culminar no surgimento de diversos autores que vão produzir literaturas tanto na África quanto na diáspora negra, dando ainda mais relevância a esse movimento.

No ano de 1964, a UNESCO⁴⁷ iniciou um projeto intitulado “Coleção História Geral da África”, que foi pensado e escrito a partir da perspectiva africana. Este projeto teve como objetivo desmistificar a ideia de que no continente africano as sociedades eram tribais, selvagens, atrasadas, que não possuíam tecnologia e tampouco uma organização cultural e social.

Através de um longo processo de pesquisa e investigações, foi constatado pelo grande time de cientistas – de diversas áreas – que o que se tinha no continente africano era justamente o contrário do que o mundo ocidental sabia. Lá, muito antes do que se imaginava, as sociedades já possuíam tecnologia avançada em comparação à Europa, as sociedades eram organizadas e complexas e que diversas técnicas utilizadas hoje em dia são originárias da África.

A pesquisa teve duração de quase trinta anos, contou trezentos e cinquenta cientistas, que foram coordenados por um comitê de trinta e nove especialistas, sendo dois terços deles africanos que concluíram o desafio de reconstruir a historiografia africana, sem estereótipos e livre dos olhares colonizadores. A coleção conta com quase dez mil páginas, divididas em

⁴⁶ **Negritude** (*Négritude* em francês) foi o nome dado a uma corrente literária que agregou escritores negros de países que foram colonizados pela França. Os objetivos da Negritude são a valorização da cultura negra em países africanos ou com populações afrodescendentes expressivas que foram vítimas da opressão colonialista.

⁴⁷ A **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura** (UNESCO) – (acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicações/informação.

dois volumes, que foram editadas para os idiomas inglês, francês e árabe entre as décadas de 1980 e 1990.

A UNESCO, pensando na disseminação desse novo olhar sobre o continente africano aqui no Brasil, o país com o maior número de negros fora do continente africano, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC), traduziu a Coleção História Geral da África para o português, ficando a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) responsável por este projeto que se tornou a principal obra de referência sobre o assunto no país.

Posteriormente, foi criado no Brasil o projeto “A Cor da Cultura”, que é uma parceria entre o Canal Futura, o CIDAN – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a TV Globo, a TV Educativa e a Petrobras, visando unir esforços para a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Os objetivos maiores que compõem o projeto são: a criação de materiais audiovisuais sobre a história e cultura afro-brasileira; valorizar iniciativas de inclusão, dando visibilidade a ações afirmativas já promovidas pela sociedade e contribuir para a criação de práticas pedagógicas inclusivas.

Para a realização destes objetivos, o projeto prevê uma série de ações culturais e educativas com foco na produção e veiculação de programas sobre o histórico de contribuição da população negra à sociedade brasileira. As produções feitas pelo projeto são transformadas em material didático, que são aplicados e distribuídos às escolas públicas, na tentativa de ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a história dos afrodescendentes e história da África e assim contribuir com a Lei 10.639⁴⁸ – que trata especificamente sobre este assunto.

O projeto “A Cor da Cultura” possui um marco conceitual capaz de orientar as inúmeras iniciativas – de produção audiovisual, recursos pedagógicos à capacitação de professores que é baseado no Parecer do Conselho Nacional de Educação e visa atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP/06/2002.

MARCO CONCEITUAL

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos

⁴⁸ A Lei 10.693 altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências.

de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual.

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra.

Fonte: Projeto “A Cor da Cultura”, 2004.

Este Parecer foi elaborado pela Prof. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, membro do Conselho Nacional de Educação para fundamentação das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Parecer aprovado pelo CNE, em março de 2004.

Uma ação realizada pelo projeto “A Cor da Cultura” foi a criação de um levantamento de dados sobre personalidades negras ao longo da história do Brasil. É possível neste levantamento ter acesso a uma gama de nomes importantes que não fazem parte do conhecimento da grande maioria dos brasileiros e/ou que tiveram suas histórias e obras esquecidas com o passar do tempo.

Tabela 5: Levantamento de Personalidades Negras⁴⁹.

Nome dos Autorxs dedicadxs aos estudos das relações raciais no Brasil	Ano de Nascimento e Morte	Breve Biografia
Anacleto de Medeiros	(1866-1907)	Maestro e compositor
Antenor Nascentes	(1886-1972)	Filólogo e dicionarista
Antônio Rebouças	(1839-1874)	Mestre da engenharia ferroviária
Assis Republicano	(1897-1960)	Maestro, autor da orquestração do Hino Nacional
Basilio da Gama	(1741-1795)	Poeta
Benjamin de Oliveira	(1872-1954)	Ator e dramaturgo pioneiro
Caetano Lopes de Moura	(1780-1860)	Médico de Napoleão Bonaparte
Carlos Gomes	(1836-1896)	Autor da ópera “O Guarani”
Crispim do Amaral	(1858-1911)	Cenógrafo da Comédie Française
Dom José Maria Pires	(1928 -)	Cardeal arcebispo
Dom Lucas Moreira Neves	(1925 - 2002)	Cardeal primaz do Brasil
Evaristo de Moraes	(1871-1939)	Um de nossos maiores advogados
Felipe Alberto	(1824-1887)	Educador pioneiro
Francisco Braga	(1868-1945)	Maestro, autor da melodia do “Hino à Bandeira”
General Glicério	(1846 – 1916)	Militar e político
Gonçalves Dias	(1823-1864)	Poeta indigenista
Hemetério José dos Santos	(1858 – 1939)	Filólogo e gramático, catedrático dos colégios Pedro II e Militar
J. C. Soares de Meireles	(1797-1868)	Fundador da Academia Imperial de Medicina
João da Veiga Murici	(1806-1890)	Filólogo
Joaquim Barbosa Gomes	(1954 -)	Magistrado, ministro do STF
Joaquina Lapinha	(séc. XIX)	Cantora lírica
Johnny Alf	(1929 - 2010)	Pianista e cantor, pioneiro da bossa-nova
Juliano Moreira	(1873-1933)	Fundador da psiquiatria brasileira
Júlio César Ribeiro de Souza	(1843-1887)	Pioneiro da aviação, inventor de aeróstatos
Manuel Vitorino	(1854-1903)	Governador da Bahia e vice-presidente da República
Mestre Valentim	(1750-1813)	Escultor
Nilo Peçanha	(1867 - 1927)	Presidente da República
Paulo Silva	(1892-1967)	Maestro, professor da Escola Nacional de Música
Pixinguinha	(1897-1973)	Arranjador e instrumentista
Pompílio da Hora	(1915 -)	Jurista e latinista
Rodrigues Alves	(1848-1918)	Presidente da República
Santa Rosa	(1909-1956)	Pintor, ilustrador e cenógrafo
Sebastião José de Oliveira	(1918 - 2005)	Entomologista
Teodoro Sampaio	(1855-1937)	Cientista multidisciplinar
Timóteo da Costa	(1879-1932)	Pintor
Tito Lívio de Castro	(1864-1890)	Médico e escritor científico
Tobias Barreto	(1839-1889)	Filósofo
Visconde de Jequitinhonha	(1794 – 1870)	Presidente do banco do Brasil, co-fundador da Ordem dos Advogados

Fonte: O Projeto “A Cor da Cultura”.

⁴⁹ Na relação de personalidades negras retiradas do Artigo de Nei Lopes (2003), intitulado: “A Cor da Cultura Brasileira”, só há a presença do nome de uma mulher na apresentação. O endereço eletrônico do artigo é: <<http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-15-01-2013/>> Acessado: 11/02/2019 .

A tabela 05 acima nos mostra que a relação de personalidades negras que foram levantadas por Lopes (2003) não faz referência em relação à presença de mulheres neste trabalho. Tal medida deve ter sido adotada pelo autor, por algum motivo especial, mas é importante sinalizar a falta de representatividade feminina negra nesse levantamento e refletir sobre as consequências que essa medida pode acarretar.

Na esperança de resgatar personalidades negras ao longo da história do Brasil, o autor busca, nesta tentativa, realizar um processo de resgate da memória de homens que foram importantes para o Brasil e que através de suas vidas e obras corroboraram com a efetiva cor da cultura brasileira.

3.4 Estratégias de Ação dos Coletivos.

Atualmente, os coletivos de estudantes negros vêm adotando variadas ações na tentativa de fazer com que a universidade deixe de ser o lugar destinado a uma elite branca e passe a ser o lugar da diversidade. Como já citado anteriormente, os coletivos de estudantes atuam prioritariamente com a questão racial e, através desta perspectiva, montam estratégias para “pintar a universidade de preto”.

As formas de articulação que os coletivos de estudantes utilizam para que o acesso de alunos negros nas universidades, especialmente as públicas, aumente conforme o tempo são pensadas através da legitimidade das cotas raciais no ensino superior. Pautados sobre a Lei nº 12.711 (lei de cotas)⁵⁰, os estudantes, não contentes somente com a adoção das universidades públicas em reservar vagas para candidatos negros nos cursos de graduação, recentemente estão demandando a expansão e exigindo a implementação de cotas também nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Como o acesso aos níveis de pós-graduação historicamente é ainda mais excludente que o acesso aos níveis de graduação, entender que a reserva de vagas para candidatos negros nos cursos de pós-graduação não é somente legal, mas também legítima, impulsiona as ações dos

⁵⁰ As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

coletivos a reivindicar a adoção das cotas pelos programas de pós-graduação, mesmo contra uma enorme resistência por parte deles.

Ainda com a desculpa de que as cotas nos programas de pós-graduação irão colocar em dúvida a qualidade do programa, a produtividade dos alunos cotistas é constantemente colocada à prova por professores contrários a esta ação afirmativa. Os programas de pós-graduação de diversas universidades pelo Brasil, em especial os situados em universidades historicamente mais conservadoras, não aceitam de bom grado essa política.

A universidade pioneira na adoção de cotas em todos os seus setenta e nove programas de pós-graduação no Brasil foi a Universidade Federal de Goiás (UFG) que através de reunião com o Conselho Universitário decidiu-se por reservar vinte por cento das vagas de cada um dos programas a candidatos negros, pardos e indígenas⁵¹.

Analisando o cenário complicado em que o debate sobre a implementação de cotas raciais nos programas de pós-graduação se encontra, os coletivos de estudantes negros se mobilizam mediante os posicionamentos resistentes à implementação de cotas raciais nos diversos cursos de pós-graduação, criando quatro estratégias para driblar essas barreiras.

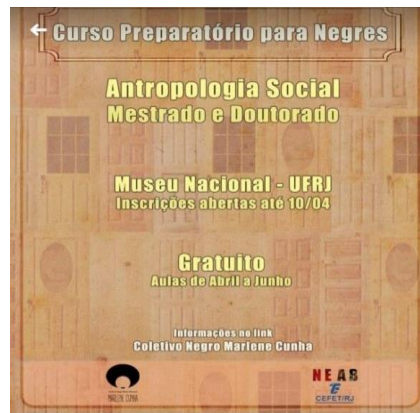
A primeira estratégia adotada é fazer com que os professores e a coordenação dos programas de pós-graduação saibam da exigência da implementação da reserva de vagas nas seleções dos programas de pós-graduação, através dos alunos e dos candidatos, comparecendo assiduamente às reuniões dos colegiados dos programas de pós-graduação.

A segunda estratégia é a de acompanhar bem de perto, opinar e até boicotar as decisões tomadas pelos colegiados dos programas de pós-graduação na hora da escolha dos critérios adotados nos editais para a seleção, a fim de fazer com que a lei de cotas seja cumprida.

A terceira e a mais importante estratégia adotada é a criação de cursos preparatórios para as seleções dos programas de pós-graduação. Esses cursos são geralmente ministrados por alunos já matriculados, que voluntariamente dedicam parte do seu tempo para organizar e ministrar aulas, rodas de conversas e grupos de estudos sobre as bibliografias cobradas nas provas de seleção dos programas.

⁵¹ A UFG não inaugurou, de fato, a adoção da política de cotas raciais em seus cursos de pós-graduação. O destaque a ela se dá porque, diferente das outras universidades onde a adoção foi feita isoladamente por programas de pós-graduação, na UFG todos os programas são obrigados a adotar essa política, por isso o seu pioneirismo como a 1ª Universidade a adotar a política de cotas em todos os seus cursos de pós-graduação.

Figura 5: Chamada para o Curso Preparatório à seleção do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/MN/UFRJ) para candidatos Negres.



Coletivo Negro Marlene Cunha
25 de mar de 2018 às 15:07

ATENÇÃO!

Estão abertas as inscrições para o Curso Preparatório para Candidatas Negres ao Mestrado e Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional! O curso é realizado pelo Coletivo Negro Marlene Cunha, composto por pós-graduandos do PPGAS-MN e é inteiramente GRATUITO. Inscrições abertas até o dia 10/04 no link abaixo.

Inscriva-se e repasse!

Fonte: Página do Coletivo Negro Marlene Cunha no Facebook, 2019.

Figura 6: Chamada para o Curso Preparatório à seleção de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF – (PPGA/UFF)



AGO 31 Curso Preparatório à seleção de Mestrado em Antropologia da UFF
Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF

Confirmar pre... Salvar Copiar link Mais

qui, 31 de ago de 2017 às 18:30 – 20:00 BRT
Há mais de um ano

📍 ICHF / UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Campus do Gragoatá - Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, Blocos N e O, 24210-201 Niterói

Fonte: Página do Coletivo de Estudante Negrxs da UFF no Facebook, 2017.

Figura 7: Chamada para o Curso Preparatório à seleção do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF – Fase de Entrevistas.



Fonte: Página do Coletivo de Estudante Negrxs da UFF no Facebook, 2018

Figura 8: Chamada para o Curso Preparatório à seleção do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF.

CURSO PREPARATÓRIO PARA SELEÇÃO DE MESTRADO DA PSICOLOGIA UFF-2019



INÍCIO: 23/01
 TÉRMINO: 03/04
 HORÁRIO : DAS 18H ÀS 20H
 FREQUÊNCIA: SEMANAL (TODA QUARTA-FEIRA)
 LOCAL: UFF GRAGOATÁ (SALA A DEFINIR)

“ELES COMBINARAM DE NOS MATAR, MAS NÓS COMBINAMOS NÃO MORRER” CONCEIÇÃO EVARISTO

PÚBLICO ALVO
 POPULAÇÃO NEGRA, TRAVESTI, TRANSEXUAL, TRANSGÊNERO, INDÍGENA E COM DEFICIÊNCIA



prepmestradouff@gmail.com
 grupo: Preparatório Mestrado Psi UFF
 PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 04/01 ATÉ O DIA 11/01
 AS INSCRIÇÕES DEVEM SER FEITAS POR EMAIL
 O NÚMERO DE VAGAS É LIMITADO

 CAMPUS DO GRAGOATÁ - RUA PROF. MARCOS WALDEMAR DE FREITAS REIS - GRAGOATÁ - NITERÓI - RJ

Fonte: Página do Curso Preparatório no Facebook, 2019.

Essas ações retratadas nas figuras acima, adotadas especialmente na Universidade Federal Fluminense, é resultado de uma resposta estratégica dada pelo Coletivo de Estudantes

Negrxs Iolanda, e também por outros alunos negros que não estão inseridos necessariamente em coletivos, mas estão organizados politicamente para compensar o atraso da instituição na adoção das cotas raciais e também na implantação e implementação das cotas raciais nos programas de pós-graduação.

Tabela 6: Programas de Pós-Graduação Relatados por membros dos coletivos que adotaram as cotas (ações afirmativas) por meio de pressão dos coletivos de estudantes.

Nome dos Programas de Pós-Graduação	Siglas	Universidades
Programa de Pós-Graduação em Antropologia	PPGA	Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências Sociais e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia	PPGAS/IFCS	Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	PPGAS/MN	Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional
Programa de Pós-Graduação em Comunicação	PPGCOM	Universidade Federal Fluminense - Instituto de Artes e Comunicação Social
Programa de Pós-Graduação em Direito	PPGD	Universidade Federal Fluminense - Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em História	PPGH	Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em História Comparada	PPGHC	Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História Social	PPGHIS	Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito	PPGSD	Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências Sociais e Filosofia
Programa de Pós-Graduação Sociologia	PPGS	Universidade Federal Fluminense

Fonte: Oliveira, G.S. 2019.

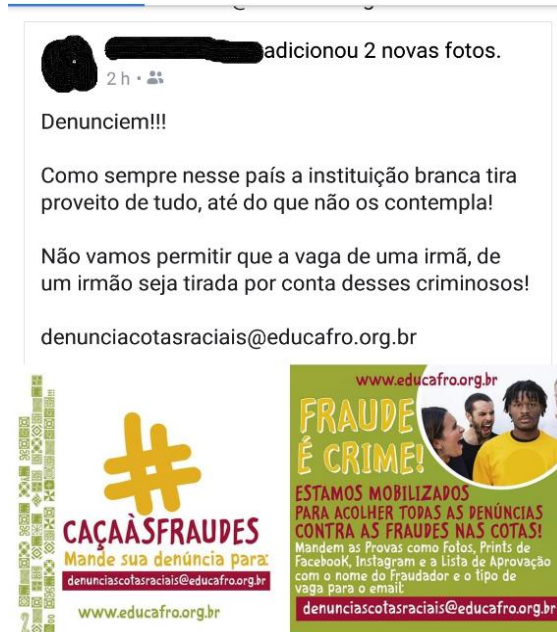
A tabela 6 apresenta a relação fornecida por membros dos coletivos pesquisados sobre os programas de pós-graduação que adotaram as cotas – ações afirmativas racializadas -,

mediante à pressão feita pelos alunos negros a fim de que essa política fosse cumprida nos processos seletivos desses programas visando a possibilidade de concorrer às vagas destinadas. É importante salientar que nem todos os programas de pós-graduação citados pelos interlocutores da pesquisa que constam na tabela acima possuem necessariamente coletivos organizados dentro dos cursos de graduação, mestrado ou doutorado, mas tais ações aconteceram porque existem alunos destes cursos ou programas que são membros de coletivos que atuam dentro das instituições mencionadas e que mobilizaram tais ações em seus respectivos programas.

A quarta estratégia que os coletivos de estudantes negros vêm adotando - e que por sinal é muito recente - é a participação de membros de coletivos de estudantes negros em comissões de aferição destinadas ao combate às fraudes em concursos públicos e, principalmente, nas seleções de acesso ao ensino superior, seja na graduação, mestrado ou doutorado.

Aos olhos dos coletivos de estudantes negros, esse tipo de ação é fundamental para evitar fraudes em concursos públicos ou também na utilização de ações afirmativas no ensino superior por parte de pessoas que burlam os concursos para conseguir aprovação nesses processos de seleção às vagas dos cursos de graduação, mestrado ou doutorado.

Figura 9: Solicitação de pedido de denúncia de desclassificação de um candidato não negro por motivo de fraude.



Fonte: Página dos Coletivos Negros Universitários no Facebook (Grupo do Coletivo), 2018.

A quinta e última estratégia que os coletivos de estudantes negros utilizam para auxiliar outros estudantes aos programas de pós-graduação é estimular a ambientação desses candidatos aos protocolos tradicionais que se tem na academia, por exemplo: defesas de monografias, qualificações de mestrado e doutorado, defesas de dissertações e de teses.

Através destes pequenos passos, mas grandes gestos, candidatos que estão terminando os cursos de graduação e pretendem concorrer às vagas dos programas de pós-graduação vão construindo um hábito de frequentar esses eventos e, com isso, vão se familiarizando com os ritos obrigatórios da vida acadêmica.

Além dessas estratégias mencionadas acima, os coletivos de estudantes negros encontram nesse processo de ajuda outra enorme barreira: a limitação do idioma para as provas de língua estrangeira obrigatória nas seleções dos programas de pós-graduação. Sendo obrigatório em todas as seleções de programas de pós-graduação no país, o exame de língua estrangeira é um fator decisivo na eliminação de candidatos negros às vagas dos programas.

Isso acontece porque a proficiência em uma língua estrangeira é um marcador da falta de oportunidade e acesso da grande maioria dos jovens brasileiros ao aprendizado de outro idioma, uma vez que as escolas não fornecem o conhecimento necessário para isso no nível básico de ensino.

Este marcador fica ainda mais evidente quando o recorte é destinado aos jovens negros, por ser a parte da população com os menores índices de acesso à educação e que está

majoritariamente sujeita ao ensino público, onde são revelados os baixos índices de qualidade no ensino e na aprendizagem dos alunos em todas as disciplinas, especialmente nas de língua estrangeira, tendo destaque a língua inglesa.

Como solução para este entrave, os coletivos também se organizam fomentando aulas de idiomas e/ou orientando os futuros candidatos às vagas das seleções dos programas de pós-graduação a procurarem cursos de idiomas comunitários ou mesmo os cursos de idioma oferecidos frequentemente pelas faculdades de Letras das universidades públicas, como: o CLAC⁵² na UFRJ, o LICON⁵³ na UERJ e o PROLEM⁵⁴ na UFF.

De modo geral, as estratégias que os coletivos de estudantes negros vêm desenvolvendo para corroborar no acesso aos cursos de pós-graduação estão surtindo efeito. Com o passar do tempo, o número de alunos negros neste nível de ensino vem aumentando lentamente, principalmente em programas de pós-graduação tradicionalmente elitizados como o PPGAS/MN/UFRJ e o PPGA/UFF PPGAS/MN/UFRJ e o PPGA/UFF, que até pouco tempo eram relutantes em adotar estas políticas de ação afirmativa racializadas em seus processos de seleção aos cursos de mestrado e doutorado.

3.5 Profissionalização dos Coletivos

Alguns coletivos, devido às suas trajetórias, formas de atuação e de tipo de estrutura que possuem, desenvolvem mecanismos e estratégias de luta que superam as formas comuns adotadas outros coletivos. No caso dos de negros não é muito diferente, pois também são encontrados coletivos especializados em determinados temas.

Estes possuíam tal titulação devido ao aparato tecnológico, financeiro e organizacional que construíram ao longo do tempo. Durante os anos, esses coletivos passaram a desenvolver atividades muito específicas e com uma qualidade ímpar, geralmente criadas e desenvolvidas por pessoas que têm algum conhecimento prévio e costume na realização e se profissionalizaram através da experiência diferenciada em seus projetos.

O Coletivo Nuvem Negra, da PUC-Rio é definido por seus membros como uma potência autônoma de alunos e ex-alunos negros da PUC-Rio, que reconhecem em si a necessidade de articulação comum. Compartilham a resistência, afeto e o fortalecimento negro dentro e fora da universidade.

⁵² Cursos de Línguas Abertas à Comunidade.

⁵³ Programa de Línguas para a Comunidade.

⁵⁴ Programa de Línguas Estrangeiras Modernas.

O Nuvem Negra nasce a partir de um incômodo sofrido por três alunos do curso de Ciências Sociais, em um evento ocorrido no dia 19 de março de 2015, chamado: “Lélia Gonzalez: O feminismo negro no palco da História”. O incômodo sofrido pelos alunos foi referente às ementas dos cursos negligenciarem a intelectual, que foi diretora do departamento de Ciências Sociais na PUC-Rio. A primeira reunião presencial aconteceu no dia 1º de abril de 2015, no Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CASOC), com treze alunos negros de diferentes cursos da PUC-Rio.

Entre as atividades, destacamos: a propagação do conhecimento negro, o acolhimento aos alunos negros que chegam na instituição, o combate ao racismo, a falta de representatividade de professores negros no corpo docente da instituição e a promoção da igualdade racial.

Famoso por sempre promover eventos acadêmicos de grande porte e estrutura, o Coletivo Nuvem Negra passa a ser conhecido por promover discussões, intervenções, ações culturais, palestras, Workshops, minicursos, cine-debates, entre outras atividades dentro e fora das universidades, frequentemente com a participação de artistas, teóricos, cantores, cineastas, professores renomados etc. Por essas e outras ações, o Nuvem Negra é conhecido pelo profissionalismo das ações de seus membros.

3.6 Espaços de Sociabilidade e de Afetividade

A sociabilidade é um atributo fundamental para a vida em sociedade. É através dela que nós, seres sociais, interagimos uns com os outros. Em determinados espaços, a integração entre os indivíduos é uma medida tomada a partir de critérios diversos que podem estar ligados às questões de raça, etnia, religiosidade, gênero, classe etc.

O acesso às universidades é um momento na vida dos jovens onde um mundo de possibilidades se abre. Neste momento, eles se deparam com inúmeras oportunidades para trilharem seus caminhos em busca de uma trajetória de sucesso rumo ao êxito em suas vidas profissionais.

Para os jovens negros este caminho é sempre mais complicado, pois, como muitas vezes eles são os primeiros da família a ascenderem ao ensino superior, chegam às universidades sem nenhum conhecimento prévio vindo de alguém próximo que tenha trilhado esse mesmo caminho para lhes ensinar a dominar os códigos sociais que o ambiente

universitário pede e assim poder conseguir as melhores oportunidades que as universidades dispõem.

Há também o caso dos que chegam já orientados sobre como funciona o sistema educacional neste nível. O ensino superior é o segmento educacional mais excludente para o acesso e permanência de jovens negros, graças ao racismo institucional. O racismo institucional age nesses espaços criando barreiras institucionais e sociais que fazem com que jovens negros, quando não fiquem pelo caminho em suas trajetórias acadêmicas, acabam encontrando uma enorme dificuldade para a conclusão desta etapa.

O racismo institucional atua no nível das instituições sociais, encoberto por atitudes e ações cotidianas, e invisível às punições devidas no campo do Direito. Dizendo respeito às formas como as instituições funcionam, seguindo os procedimentos burocráticos e apoiados em valores sociais legitimados pela sociedade, o racismo institucional contribui para a naturalização e reprodução da hierarquia racial (GUIMARÃES, 2005), influenciando o cotidiano das instituições, organizações e promovendo a operação diferenciada de serviços, benefícios e oportunidades aos distintos grupos raciais.

Normalmente, essas medidas impulsionadas pelo racismo institucional podem ser comprovadas em situações cotidianas, tais como a disparidade do quantitativo de professores universitários brancos e negros nas universidades pelo país, os corpos que ocupam a maioria dos empregos de baixo prestígio no mercado de trabalho, o alto índice de grupos sociais (negros, LGBTQI, sem-terra, mulheres, portadores de necessidades especiais etc.) que não possuem acesso à educação, saúde, trabalho, lazer e cultura.

Na tentativa de facilitação deste processo para os jovens negros que chegam ao ensino superior, os coletivos de estudantes negros fomentam espaços de sociabilidade, coletividade, acolhimento e afetividade. Nestes espaços, a filosofia de ajudar os seus, outros jovens negros, é a premissa para que o sucesso de um passe a ser o sucesso de todos os membros envolvidos.

A partir dessa máxima, os coletivos constroem com os seus membros redes de ajuda mútua que têm poder de cura. Essa ajuda é fundamental para o combate ao racismo que atinge os negros de forma física, mental, epistêmica, cultural, religiosa e simbólica.

O não combate ao racismo por parte dos jovens negros, em particular os que são universitários, pode desencadear consequências decisivas durante suas trajetórias acadêmicas nas universidades brasileiras, variando desde faltas de oportunidades de bolsas de pesquisa até mesmo corroborar para desistência desses jovens de concluir o ensino superior.

Como solução para esses diversos percalços enfrentados pelos jovens negros no ensino superior, os coletivos de estudantes tornaram-se espaços de fortalecimento, escuta, cuidado e acolhimento para encarar as dificuldades encontradas no caminho.

Para além de espaços institucionais como as universidades, há espaços na cidade do Rio de Janeiro que se tornaram redutos dos jovens negros cariocas e, conseqüentemente, de membros dos coletivos de estudantes negros. Alguns destes espaços foram ressignificados por esses jovens, popularizando seu acesso e transformando a cena cultural carioca.

Espaços como a Pedra do Sal, Casa do Jongo da Serrinha, Baile Charme do Viaduto de Madureira, Feira do Lavradio e o Circuito do Rio Antigo, remetem muitas vezes à ancestralidade negra presente nesses espaços e, quando isso não acontece, passam a servir também como locais de sociabilidade entre os jovens de modo geral e também para membros de coletivos de estudantes negros.

Este e os demais fatos apresentados nesta última seção apontam para questões e problemáticas suscitadas a partir da criação e/ ou ressignificação de espaços urbanos na cidade do Rio de Janeiro que são incorporados na rotina da juventude negra, seja ela feita de membros de coletivos de estudantes negros ou não. Para além de espaços de sociabilidade entre jovens negros, esses espaços também carregam significados muito peculiares para este público e é a partir desses significados que os jovens negros fortalecem suas relações pautadas no sentimento de irmandade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início as considerações finais desta dissertação a partir do seguinte depoimento da Doutora Helena Teodoro⁵⁵:

“É muito bom você chegar à universidade e encontrar outros companheiros negros por conta da cota que nós conseguimos trazer para a comunidade negra...”

(TEODORO, 2019)

O estudo do fenômeno da racialização do movimento estudantil, tendo como foco de análise a compreensão da emergência de coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro, traz um desafio e uma novidade para o campo de estudo dos movimentos sociais.

O aparecimento de novas identidades na pós-modernidade, atrelado à perspectiva das políticas da diversidade, impulsiona o surgimento de novos sujeitos no ambiente acadêmico. Unidos com base na ressignificação da identidade negra na sociedade brasileira, dada pelos teóricos e ativistas negros, a juventude negra se apropria delas para fins de fortalecimento do grupo.

O acesso à educação sempre foi pautado pela população negra como um lugar de virada, como o meio mais viável de ascensão social. Sendo este um dos pilares utilizados pelo movimento, na tentativa de emancipação da população negra, o governo brasileiro, pressionado, adotou políticas que auxiliassem o ingresso de jovens negros ao ensino superior.

As políticas de ações afirmativas proporcionaram a entrada destes jovens nas mais variadas instituições de ensino superior do país, em especial as universidades públicas. A chegada dos jovens negros às universidades, estimulada pelas políticas de ações afirmativas, reconfigurou o cenário destas instituições, que receberam uma massa preparada, articulada e com um repertório político afinado.

Reivindicando demandas específicas para além do acesso às universidades, mas também a garantia à permanência, os estudantes negros perceberam que essas demandas não

⁵⁵ Dr^a. Helena Teodoro foi a primeira mulher negra doutora pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

foram colocadas entre as pautas prioritárias do movimento estudantil, ocasionando o surgimento de coletivos de estudantes negros no ensino superior.

Tendo como centralidade do debate a questão racial, os coletivos de estudantes se desvencilham do movimento estudantil a fim de reivindicar suas próprias demandas em prol da juventude negra que está dentro das instituições de ensino superior em todo o Brasil.

As pautas levantadas são sempre a favor de uma melhor experiência, inserção e sucesso da juventude negra em suas trajetórias acadêmicas. Demandas como a criação de uma rede de coletivos para fins de fortalecimento da luta por uma educação antirracista; a filosofia dos coletivos baseada nos princípios da afrocentricidade e do quilombismo cunhados por Abdias (2009); em ações efetivas de ativismo digital através das suas redes sociais; na desconstrução dos saberes hegemônicos nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação etc.

A análise do surgimento dos coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro apontou que a diferenciação entre este modelo de ação coletiva para o modelo adotado pelo movimento estudantil está no modo de organização e estrutura que os coletivos possuem.

Retomando a definição de Hollanda (2017) sobre os coletivos, que são caracterizados como organizações autogeridas, descentralizadas, flexíveis e que podem ser criados mediante a características situacionais, foi verificado que não há uma compatibilidade dos modelos de organização política e de estrutura que os coletivos adotam em comparação com o modelo adotado pelo movimento estudantil, por entender que a operacionalidade que os coletivos têm está relacionada com fatores externos a eles e, por isso, o diagnóstico de análise sobre essa composição é de difícil interpretação.

A discussão que este trabalho se propôs a fazer não se esgota por aqui. Acredito que, como este fenômeno é recente no campo dos movimentos sociais e há poucos trabalhos que levantem esta discussão, as contribuições que trago podem ajudar aos que vierem a se interessar por estudar os coletivos no futuro.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S. **Redes Sociais:** da mobilização popular ao ativismo digital. *In:* das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza. Rio de Janeiro: COEP, 2008.
- BELLONI, M.L. Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização. **Perspectiva**, Florianópolis, v.25, n.1, p.57-82, 2017.
- CARDOSO, I. Memória de 68: Terror e interdição do passado. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.2, n.2, 1990. USP
- _____. O discurso da Universidade. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 1998.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COLETIVO Denegrir. Disponível em: < <https://web.facebook.com/denegrir.coletivo/> > Acesso 08 fev. 2019.
- COLETIVO de Estudantes Negrxs Iolanda de Oliveira – CENUFF. Disponível em: < <https://web.facebook.com/Coletivo-de-Estudantes-Negrxs-da-UFF-264975437015811/> >. Acesso 10 fev. 2019.
- COLETIVO Negro Carolina de Jesus – IFCS-UFRJ. Disponível em: < <https://web.facebook.com/coletivonegroufrj/> > Acesso 12 fev. 2019.
- COLETIVO Negro Luisa Mahin – UNIRIO. Disponível em: < <https://web.facebook.com/coletivonegroluisamahin/> > Acesso 14 fev. 2019.
- COLETIVO Negro Marlene Cunha (PPGAS/MN/UFRJ). Disponível em: < <https://web.facebook.com/COLETIVONEGROMUSEUNACIONAL/> > Acesso 17 fev. 2019.
- COLETIVO Nuvem Negra – PUC-RIO. Disponível em: <http://nuvemnegra.org/> . Acesso 5 mar. 2019.
- DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro:** alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, 2007, vol.12, n.23, p. 100-122, 2007.
- FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Pioneira, 1972.
- _____, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GOHN, Maria da Glória (2013); BRINGEL, Breno M. **Movimentos Sociais na Era Global.** São Paulo: Editora Vozes, 2013.
- _____. **Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade:** o direito como instrumento de transformação social e a experiência americana. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, N.L. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc**, Campinas, v.33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Políticas Educacionais, Ações Afirmativas e Diversidade. **Crítica e sociedade**: revista de cultura política, p. 142-162, 2014.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA – GEMAA. (2016) “Políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais”. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/12/Levantamento-Estaduais-2016-1.pdf>>/. Acesso em: 19 set. 2018.

_____.Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais (2016). Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/07/Lev_2016_Fed.pdf> Acesso em: 19 set. 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, R. **Raça e Gênero no Sistema de Ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006.

HOLLANDA, H. **Artigos, cultura digital e periferias**: Coletivos. Disponível em: <<https://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/coletivos/>> Acesso em: 15 nov. 2018

HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M.. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. 1ed. Brasília: IPEA, 2008, v. 1, p. 131-166.

LE MOS, A. **Anjos interativos e retribalização do mundo**: sobre interatividade e interfaces digitais. 1997. Disponível em <www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/interac.html> Acesso em 13 dez. 2015.

LIMA, M. Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil. **Cadernos Adenauer**, xvi, 2015.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, S. Paulo, ANPED, 1997.

MESQUITA, M. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117-149, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: Um conceito emergente do processo Histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (ong.). **Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 197-218

- NASCIMENTO, Elisa Larkin. O olhar afrocentrado: Introdução a uma abordagem polêmica. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 181 – 169,
- RIOS, F. **Elite Política Negra no Brasil (1978-2002)**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SACRAMENTO, M. **Itinerários de Etnicidade: jovens negros e jovens negras em contextos de militância antirracista**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- SILVA JÚNIOR, Hédio. “Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro”. *In* H. Lynn e A.S.Guimarães (orgs.), **Tirando a Máscara: Ensaio sobre o Racismo no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 2000. p. 359-387.
- SILVÉRIO, V. **Ação afirmativa e combate ao racismo institucional no Brasil**. São Paulo: Anped, 2003.
- SOARES, Sergei. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho**. Brasília: Ipea, 2000.
- SOUSA, J. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- TOLEDO, Helena. Entenda a importância das cotas! Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SwN4ndBFaPg>>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. *In*: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.
- TROYNA, B.; SELMAN, L. **Implementing multicultural and anti-racist education in mainly white colleges**. Londres: Further Education Unit, 1991.

ANEXO: Relação de coletivos de estudantes negros no Estado do Rio de Janeiro.

Coletivos de Estudantes Negros	Instituição	Estado
Coletivo Assalto	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Dandaras da Baixada	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Negro Claudia Silva Ferreira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Denegrir	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Frente Negra	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Iolanda de Oliveira	Universidade Federal Fluminense	Rio de Janeiro
Coletivo Kaó	Universidade Federal Fluminense	Rio de Janeiro
Coletivo Luisa Mahin	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Madame Satã	Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Maria José Justino	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Maria Soldado	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Marielle Franco	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Marlene Cunha	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Negro Beatriz Nascimento	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Negro Carolina de Jesus	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Negro Cefet/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	Rio de Janeiro
Coletivo Negro Neusa Santos	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Negro Patrice Lumumba	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo Negruff	Universidade Federal Fluminense	Rio de Janeiro
Coletivo Nuvem Negra	Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Coletivo UbuntuFF	Universidade Federal Fluminense	Rio de Janeiro

